

Re: Pregão Eletrônico nº 020/2022 - NOVACAP

DILIC - Divisão de Licitações e Contratos

qui 27/10/2022 15:20

Itens Enviados

Para: TAFE Engenharia Comercial <comercial@tafa.eng.br>;

Boa tarde,

Acuso o recebimento. Muito obrigado.

Atenciosamente,
DECOMP/NOVACAP
Juscelino Silva/Pregoeiro

De: TAFE Engenharia Comercial <comercial@tafa.eng.br>
Enviado: quinta-feira, 27 de outubro de 2022 14:36:38
Para: DILIC - Divisão de Licitações e Contratos
Assunto: Re: Pregão Eletrônico nº 020/2022 - NOVACAP

Prezado Juscelino, boa tarde!

Encaminhamos resposta à Diligência. Vamos anexar também ao sistema Licitações-E.

Favor acusar recebimento.

Atenciosamente,

Rosana Gomes Carvalho

Departamento Comercial
TAFE ENGENHARIA LTDA

tel: (61) 3536-6609

Celular: (61) 99235-9930

e-mail: comercial@tafa.eng.br



Em ter., 25 de out. de 2022 às 10:14, TAFE Engenharia Comercial <comercial@tafa.eng.br> escreveu:

Bom dia,

Acusamos o recebimento. Responderemos dentro do prazo.

Atenciosamente,

Rosana Gomes Carvalho

Departamento Comercial
TAFE ENGENHARIA LTDA

tel: (61) 3536-6609

Celular: (61) 99235-9930

e-mail: comercial@tafa.eng.br



Em ter., 25 de out. de 2022 às 09:55, NOVACAP/Divisão de Licitações e Contratos <dilic@novacap.df.gov.br> escreveu:

Bom dia,

Segue em anexo para conhecimento, a Diligência n.º 83/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC juntamente com à análise técnica 127/2022, referente ao Pregão Eletrônico nº 020/2022 - DECOMP/DA - NOVACAP.

Atenciosamente,

DECOMP/DA - NOVACAP

Juscelino Silva/Pregoeiro



SCLRN 705 Bloco C Loja 47
Asa Norte - Brasília/DF
61. 3536-6609 ☎ 99235-9930
E-mail: comercial@tafa.eng.br

Brasília, 27 de Outubro de 2022

A

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Ref.: Pregão Eletrônico 20/2022

**Assunto: Resposta a diligência - Análise Técnica n.º 127/2022 -
NOVACAP/DETEC/DITEC/CNUAPLI**

Prezado Senhor,

Tafa Engenharia Ltda, inscrito no CNPJ N° 12.859.652/0001-65, com sede em
Endereço: SCLRN 705 BLOCO C LOJA 47; Bairro: Asa Norte; Município: Brasília UF: DF CEP:
70.730.553 telefones n° (61) 3536-6609 – 99235-9930, e-mail: comercial@tafa.eng.br,
apresenta, em atendimento a diligência supracitada, comprovação de exequibilidade dos
preços propostos para a contratação resultante do processo em epígrafe.

No tocante aos questionamentos acerca da exequibilidade, a licitante vem por
meio desta apresentar declaração e comprovação de que os preços propostos são
exequíveis. Isto tendo por base contratações anteriores em plena execução ou
executadas conforme contratos anexos ao presente documento. Contratações junto a
administração pública cujo o objeto é similar ao presente, especialmente no tocante ao
fornecimento de peças e materiais de reposição.

Seguem em anexo contratos em execução por esta licitante cujo objeto trata da
contratação de serviços similares com fornecimento total ou parcial de peças.



Tafa Engenharia Ltda. CNPJ: 12.859.652/0001-65 - CF/DF 07.559.401/001-44
www.tafa.eng.br



SCLRN 705 Bloco C Loja 47
Asa Norte - Brasília/DF

61. 3536-6609 ☎ 99235-9930
E-mail: comercial@tafa.eng.br

Sem mais para o momento,

Cordialmente,

MARCOS DENES DA SILVA NEIVA
Tafa ENGENHARIA LTDA. ME
Sócio Diretor
Engenheiro Mecânico – CREA 13.679/D - DF





Contrato de Prestação de Serviços nº 03/2020 - PGDF, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo SEI nº: 00020.0002861/2019-55.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Distrito Federal, por meio de sua **PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-PGDF**, situada no SAM Bloco I Ed. Sede da PGDF, Brasília/DF, CEP 70620-000, CNPJ sob nº 00.394.643/0001-67, representado por **HELDER DE ARAÚJO BARROS**, na qualidade de Secretário Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso X, da Portaria nº102, de 07 de julho de 2015, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e **TAFA ENGENHARIA LTDA - ME**, doravante denominada Contratada, CNPJ nº 12.859.652/0001-65, com sede no SCLRN 705 Bloco C Loja 47 – Asa Norte – Brasília-DF, CEP nº 70.730-553, representada por **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA**, portador do RG nº 1.937.202 SSP/DF e inscrito no CPF nº 868.451.281-20, na qualidade de Sócio Diretor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2020 (ID SEI 35369990), da Proposta (ID SEI 36063183) e das Leis nº 8.666 21.06.93 e nº 10.520/2005, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Distrital nº 40.205/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a contratação de serviços de: **Lote 01**- manutenção preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar instalados na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com fornecimento e reposição de peças, bem como elaboração do PMOC - Plano de Manutenção e Controle dos condicionadores de ar e também os serviços de remanejamento anual sob demanda de 30 (trinta) aparelhos de ar condicionado e **Lote 02** - a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar de alta precisão com alto fator de calor sensível (90%), instalados na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com fornecimento e reposição de peças, pelo período inicial de 12 meses, consoante especifica o do Pregão Eletrônico nº 02/2020 (ID SEI 35369990), da Proposta (ID SEI 36063183), que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor global do Contrato é de R\$ 55.575,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e setenta e cinco reais), **conforme detalhamento abaixo**, devendo a importância de R\$ 40.376,00 (quarenta mil e trezentos e setenta e seis reais) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº 6.482 de 09/01/2020, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



LOTE 01					
ITEM - 1 - SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PMOC					
SUBITEM	ESPECIFICAÇÕES			QNTD.	VALOR TOTAL
01	Elaboração e Implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, para os aparelhos condicionadores de ar instalados na Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Este Plano deve conter a identificação a descrição das atividades a serem executadas, conforme NBR 13.971/97, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Portaria 3523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde e Resolução 176/2000, atualizado pela Resolução 09/2003 da Anvisa.			01	R\$ 92,34
ITEM - 2 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO					
SUBITEM	ESPECIFICAÇÕES	QNTD.	BTU/H	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
01	Condicionador de ar Split, marca ELGIN, modelo inverter	12	9.000	R\$ 19,12	R\$ 2.752,60
02	Condicionador de ar Split, marca LG, modelo comum	02	9.000	R\$ 19,12	R\$ 458,77
03	Condicionador de ar ACJ, marca ELGIN, modelo comum	01	10.000	R\$ 18,10	R\$ 217,22
04	Condicionador de ar ACJ, marca SPRINGER, modelo comum	01	10.000	R\$ 18,10	R\$ 217,22
05	Condicionador de ar Split, marca ELGIN, modelo inverter	02	12.000	R\$ 19,38	R\$ 465,24
06	Condicionador de ar ACJ, marca CONSUL, modelo comum	05	18.000	R\$ 16,62	R\$ 996,99
07	Condicionador de ar ACJ, marca SPRINGER, modelo comum	01	18.000	R\$ 16,62	R\$ 199,40



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



08	Condicionador de ar ACJ, marca AGRATO, modelo comum	01	18.000	R\$ 16,62	R\$ 199,40
09	Condicionador de ar Split, marca ELGIN, modelo inverter	13	18.000	R\$ 19,57	R\$ 3.053,65
10	Condicionador de ar Split, marca ELGIN, modelo comum	34	18.000	R\$ 18,91	R\$ 7.714,44
11	Condicionador de ar Split, marca SPRINGER MAXI FLEX, modelo comum	01	18.000	R\$ 18,55	R\$ 222,59
12	Condicionador de ar Split, marca ELGIN, modelo inverter	10	24.000	R\$ 23,64	R\$ 2.836,64
13	Condicionador de ar Split, marca ELGIN, modelo comum	03	24.000	R\$ 22,60	R\$ 813,57
14	Condicionador de ar Split, marca LG, modelo comum	12	24.000	R\$ 22,60	R\$ 3.254,30
15	Condicionador de ar Split, marca SPRINGER MAXI FLEX, modelo comum	06	30.000	R\$ 23,04	R\$ 1.658,66
16	Condicionador de ar Split, marca ELGIN, modelo inverter	10	30.000	R\$ 23,04	R\$ 2.764,44
ITEM 03 – SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO – SOB DEMANDA					
SUBITEM	ESPECIFICAÇÕES	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL	
01	REMANEJAMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, LISTADOS NO ITEM 02	30	R\$ 5,13	R\$ 1.846,80	
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS DO LOTE 01:				R\$ 29.764,26	
ITEM 04 – PEÇAS DOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR ESPECIFICADOS NO ITEM 02 DO LOTE 01					



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



SUBITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QNTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
01	COMPRESSOR ACJ 10.000 BTU/H	02	R\$ 22,23	R\$ 44,46
02	COMPRESSOR ROTATIVO AC 9.000 BTU/H	02	R\$ 14,56	R\$ 29,11
03	COMPRESSOR ROTATIVO AC 12.000 BTU/H	01	R\$ 19,36	R\$ 19,36
04	COMPRESSOR ROTATIVO AC 18.000 BTU/H	01	R\$ 21,24	R\$ 21,24
05	COMPRESSOR ROTATIVO AC 24.000 BTU/H	03	R\$ 24,98	R\$ 74,94
06	COMPRESSOR ROTATIVO AC 30.000 BTU/H	01	R\$ 29,69	R\$ 29,69
07	COMPRESSOR INVERTER ROTATIVO DC 9.000 BTU/H	02	R\$ 16,80	R\$ 33,59
08	COMPRESSOR INVERTER ROTATIVO DC 12.000 BTU/H	01	R\$ 20,07	R\$ 20,07
09	COMPRESSOR INVERTER ROTATIVO DC 18.000 BTU/H	01	R\$ 21,83	R\$ 21,83
10	COMPRESSOR INVERTER ROTATIVO DC 24.000 BTU/H	03	R\$ 25,04	R\$ 75,11
11	COMPRESSOR INVERTER ROTATIVO DC 30.000 BTU/H	02	R\$ 32,43	R\$ 64,86
12	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA	04	R\$ 7,61	R\$ 30,46



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



13	MOTOR DA TURBINA DA EVAPORADORA	04	R\$ 12,07	R\$ 48,28
14	CAPACITOR	06	R\$ 2,33	R\$ 13,97
15	CARGA DE GÁS COM R22	13	R\$ 5,86	R\$ 76,18
16	CARGA DE GÁS COM R410	11,30	R\$ 7,96	R\$ 89,96
17	FILTRO SECADOR	04	R\$ 2,51	R\$ 10,03
18	HÉLICE DE PLÁSTICO	04	R\$ 3,82	R\$ 15,29
19	TURBINA DE PLÁSTICO	04	R\$ 4,93	R\$ 19,71
20	VÁLVULA DE SERVIÇO	04	R\$ 4,70	R\$ 18,81
21	CONTACTORA	04	R\$ 8,65	R\$ 34,58
22	PILHA AAA ALCALINA	06	R\$ 0,40	R\$ 2,42
23	TOMADA FÊMEA TRIPOLAR 250 VOLTS	04	R\$ 0,99	R\$ 3,94
24	METRO DE CABO PP 2,5 MILÍMETROS X 4	06	R\$ 0,18	R\$ 1,07
25	PLUG MACHO TRIPOLAR 250 VOLTS / 25A	02	R\$ 0,76	R\$ 1,52
26	CONTROLE REMOTO	02	R\$ 1,45	R\$ 2,91
27	PLACA ELETRÔNICA EVAPORADORA	04	R\$ 8,06	R\$ 32,25
28	PLACA ELETRÔNICA CONDENSADORA	04	R\$ 8,34	R\$ 33,34
29	PLACA RECEPTORA	04	R\$ 9,41	R\$ 37,62
30	SENSOR DE TEMPERATURA	06	R\$ 2,36	R\$ 14,18
31	SENSOR DA EVAPORADORA	06	R\$ 3,70	R\$ 22,20
32	ESPONJOSO	30	R\$ 0,13	R\$ 3,88



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



33	METRO TUBULAÇÃO DE COBRE DE 3/8"	06	R\$ 0,58	R\$ 3,49
34	METRO TUBULAÇÃO DE COBRE DE 5/8"	06	R\$ 1,11	R\$ 6,66
35	METRO TUBULAÇÃO DE COBRE DE 1/2"	06	R\$ 0,65	R\$ 3,90
36	METRO TUBULAÇÃO 1/4"	06	R\$ 0,44	R\$ 2,66
37	FITA DE ALUMÍNIO	03	R\$ 0,20	R\$ 0,59
38	CONEXÕES PARA TUBULAÇÃO DE COBRE	04	R\$ 0,99	R\$ 3,94
39	CONEXÕES PARA TUBULAÇÃO DE COBRE	04	R\$ 0,99	R\$ 3,94
40	RESSOLDAR SUPORTE DA CONDENSADORA DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO	02	R\$ 3,81	R\$ 7,61
41	VÁLVULA REVERSORA INVERTER QF	02	R\$ 8,22	R\$ 16,44
42	VÁLVULA DE SERVIÇO UNIDADE	04	R\$ 4,90	R\$ 19,62
VALOR TOTAL DAS PEÇAS DO LOTE 01:				R\$ 1.015,74

LOTE 02					
ITEM 1 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO					
SUBITEM	ESPECIFICAÇÕES	QNTD.	BTU/H	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
01	Condicionador de ar de alta precisão Split, marca DIAMONT, modelo SSPV 020, linha SIRIUS, com alto fator de calor sensível (90%)	02	24.000 OU (2 TR)	R\$ 760,38	R\$ 18.249,12



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



02	Sistema de controle microprocessado, sistema de desumidificação e reaquecimento elétrico	01	-	R\$ 380,19	R\$ 4.562,28
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS DO LOTE 02:					R\$ 22.811,40
ITEM 02 - PEÇAS DOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE ALTA PRECISÃO E DO SISTEMA MICROPROCESSADO, SISTEMA DE DESUMIDIFICAÇÃO E REAQUECIMENTO ELÉTRICO, ESPECIFICADOS NO ITEM 02 DO LOTE 02					
SUBITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QNTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL	
01	PRETOSTATO DE ALTA	01	R\$ 17,32	R\$ 17,32	
02	PRETOSTATO DE BAIXA	01	R\$ 113,98	R\$ 113,98	
03	CONTROLADOR MICRO PROCESSADO	01	R\$ 383,58	R\$ 383,58	
04	SENSOR DE TEMPERATURA E UMIDADE	01	R\$ 13,47	R\$ 13,47	
05	RELE ACOPLADOR	01	R\$ 17,85	R\$ 17,85	
06	RELE FALTA DE FASE	01	R\$ 17,85	R\$ 17,85	
07	TERMOSTATO MECÂNICO	01	R\$ 11,90	R\$ 11,90	
08	FUSÍVEL DE VIDRO	01	R\$ 16,46	R\$ 16,46	
09	DISJUNTAOR TERMOMAGNÉTICO DO REAQUECIMENTO	01	R\$ 19,84	R\$ 19,84	
10	DISJUNTOR MOTOR VENTILADOR	01	R\$ 39,67	R\$ 39,67	
11	DISJUNTOR MOTOR VENTILADOR CONDENSADOR	01	R\$ 39,67	R\$ 39,67	
12	CONTATOR DO REAQUECIMENTO	01	R\$ 19,84	R\$ 19,84	
13	CONTATOR VENTILADOR EVAPORADOR	01	R\$ 27,77	R\$ 27,77	
14	CONTATOR MOTOR VENTILADOR	01	R\$ 45,62	R\$ 45,62	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



15	TRANSFORMADOR 220V-24V 24VA	01	R\$ 59,51	R\$ 59,51
16	TRANSFORMADOR 220V-24V 72VA	01	R\$ 29,75	R\$ 29,75
17	COMPRESSOR 2 TR	01	R\$ 535,57	R\$ 535,57
18	VENTILADOR RADIAL EVAPORADOR	01	R\$ 79,34	R\$ 79,34
19	VENTILADOR AXIAL CONDENSADOR	01	R\$ 119,02	R\$ 119,02
20	FILTROS DE AR DESCARTÁVEL	01	R\$ 250,16	R\$ 250,16
21	VARIADOR DE CONDENSAÇÃO	01	R\$ 39,67	R\$ 39,67
22	GÁS R407C GARRAFA 11KG	01	R\$ 57,52	R\$ 57,52
23	FILTRO SECADOR	01	R\$ 14,34	R\$ 14,34
24	VÁLVULA DE EXPANSÃO	01	R\$ 39,67	R\$ 39,67
25	RESISTÊNCIA ELÉTRICA	01	R\$ 15,87	R\$ 15,87
26	PRESSOTATO DIFERENCIAL	01	R\$ 58,33	R\$ 58,33
VALOR TOTAL DAS PEÇAS NOVAS DO LOTE 02:				R\$ 1.983,60
QUADRO RESUMO				
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS DO LOTE 01:				R\$ 29.764,26
VALOR TOTAL DAS PEÇAS DO LOTE 01:				R\$ 1.015,74
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS DO LOTE 02:				R\$ 22.811,40
VALOR TOTAL DAS PEÇAS NOVAS DO LOTE 02:				R\$ 1.983,60
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				R\$ 55.575,00

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 120901 - Procuradoria-Geral do Distrito Federal

II - Programa de Trabalho: 03.1228.2034.2200.0007

III - Natureza da Despesa: 33.90.39 e 33.90.30

IV - Fonte: 170

6.2 – Os empenhos iniciais são de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2020NE00106, emitida em 13/03/2020, sob o evento nº 4000091, na modalidade estimativo e de R\$ 2.375,00 (dois mil e trezentos e setenta e cinco), conforme Nota de Empenho nº 2020NE00107, emitida em 13/03/2020, sob o evento nº 4000091, na modalidade estimativo.



CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito **mensalmente**, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Só serão pagas as peças substituídas, nos termos e condições estabelecidas no Termo de Referência, segundo a tabela de preços constante da Cláusula Quinta. Caso a peça defeituosa não conste da referida tabela, o pagamento se dará pelos valores de mercado aferidos, após pesquisa de preços, por meio de pelo menos 3 (três) cotações, para peças e acessórios novos e compatíveis.

7.2.1. A fiscalização avaliará a pesquisa de preços realizada pela CONTRATADA a fim de averiguar a veracidade dos orçamentos apresentados.

7.3. Na emissão de Previsão de Pagamento - PP e de Ordem Bancária – OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, o setorial de administração financeira de cada Órgão ou Entidade deve noticiar a situação ao gestor do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento, conforme §1º, Art 63 do Decreto Distrital 32.598/2010 (Parecer 57/2018 – PRCON/PGDF)

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação, sendo seu extrato publicado no DODF, a expensas do Contratante, podendo ser prorrogado, no interesse da Contratante, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 57, inciso II, da lei nº. 8666.

8.2. Observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, será admitido o reajuste do contrato, desde que solicitado e demonstrado, pela contratada, de forma analítica, a variação efetiva dos custos de produção, a contar da data de apresentação da proposta.

8.2.1. O índice a ser aplicado na data do reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo– IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo.

8.2.2. A aplicação de novos reajustes deve considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 meses.

8.3. Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com encerramento do contrato.

8.4. A prorrogação do prazo de vigência do contrato ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade com os preços de mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA



9.1. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida da adjudicatária a prestação de garantia no valor correspondente a 3% (três por cento) do montante do contrato, mediante uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; [\(Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004\)](#)

II - seguro-garantia; [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

III - fiança bancária. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94\)](#)

9.1.1. A Contratada convocada deve apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia no valor e nas condições descritas neste Edital.

9.1.2. A garantia somente poderá ser levantada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais assumidas e a extinção do Contrato;

9.1.3. A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual por responsabilidade da Contratada, até a definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais que porventura existam.

9.1.4. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada inexecução do Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida e ensejará a rescisão Contratual, nos termos do inciso I do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Da garantia da Execução do Objeto:

9.2.1. Todas as peças e equipamentos empregados deverão ser originais, ou equivalentes a estes em qualidade, características físicas, elétricas e de eficiência, ter garantia mínima de (90) noventa dias ou, no caso de peças e acessórios com garantia de fábrica, o período que for determinado pelo fabricante, quando este for maior.

9.2.2. A garantia para mão-de-obra executada será de 90 (noventa) dias.

9.2.3. A substituição do compressor terá garantia mínima de 90 (noventa) dias ou o período que for determinado pelo fabricante, quando este for maior.

9.2.4. As obrigações da garantia se estendem após a vigência contratual, no limite do prazo de garantia acima estabelecido, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. Assegurar aos funcionários credenciados pela contratada o livre acesso aos equipamentos, proporcionando todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar o serviço;

10.2. Prestar esclarecimentos sobre eventuais circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou os defeitos apresentados durante o funcionamento dos equipamentos, notificando a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço;

10.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal;



10.4. Permitir o acesso do pessoal técnico necessário à execução dos serviços às instalações físicas onde serão executados os serviços, observando os preceitos legais, regulamentos e normas que disciplinam a segurança do ambiente;

10.5. A contratante poderá a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do executor do contrato, solicitar a apresentação de comprovação de procedência dos materiais, peças e componentes utilizados nos serviços objetos deste processo constantes no contrato;

10.6. Colocar à disposição da contratada as informações técnicas disponíveis sobre equipamentos, referentes aos serviços anteriormente executados;

10.7. Permitir a execução dos serviços e trocas de peças no laboratório da contratada sempre que houver necessidade de reparos fora do local da instalação, seguindo as diretrizes do Termo de Referência itens 7.3., 7.4., 7.5. e 7.6., nesse caso as despesas de transporte de equipamentos correrão por conta da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I . até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II . comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 - São obrigações da Contratada:

11.2.1. Providenciar junto ao CREA-DF as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes ao objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA e especialidades pertinentes, quando cabível, nos termos da Lei nº 6.496/1977;

11.2.2. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, até o recebimento definitivo dos serviços;

11.2.3. Atender às normas técnicas, além das normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas nos serviços objeto do contrato;

11.2.4. Fornecer mão-de-obra especializada necessária para a manutenção dos serviços objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA;

11.2.5. Elaborar, por meio de seu responsável técnico, Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, conforme exigido pela Portaria nº 3.258/98-ANVISA/Ministério da Saúde, e executá-lo como programa de manutenção preventiva dos equipamentos, com estrita observância a periodicidade dos serviços nela contida;

11.2.6. Apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da assinatura do contrato, o PMOC de acordo com a Portaria nº 3.523/98-ANVISA/Ministério da Saúde;

11.2.7. Apresentar relatório mensal de cada equipamento assistido nas manutenções preventivas e/ou corretivas, de acordo com o PMOC;

11.2.8. Utilizar na limpeza dos componentes dos equipamentos somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



- 11.2.9. Manter limpos os locais onde se realizarem os serviços;
- 11.2.10. Reparar qualquer erro e substituir quaisquer peças, às suas expensas, em que se verifiquem defeitos resultantes da má execução dos serviços;
- 11.2.11. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por seus empregados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal ou a terceiro por dolo ou culpa, decorrentes da execução dos serviços;
- 11.2.12. Levar imediatamente ao conhecimento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- 11.2.13. Informar para efeito de controle de acesso, a relação dos empregados que prestarão serviços, com os respectivos números de identidade e mantê-los identificados com crachá;
- 11.2.14. Manter seus empregados protegidos por Equipamentos de Proteção Individual;
- 11.2.15. Não repassar para outrem a responsabilidade pelo cumprimento do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA;
- 11.2.16. Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados nas dependências da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, ou em conexão com estes, devendo adotar todas as providências que exigir a legislação em vigor;
- 11.2.17. Executar os serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração;
- 11.2.18. Indicar, na assinatura do contrato, 01 (um) preposto para representá-la perante a Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- 11.2.19. Manter todos os equipamentos, materiais e produtos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e, em se tratando de equipamentos elétricos, estes devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- 11.2.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todas as peças, materiais e produtos, bem como equipamentos e ferramentas em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.2.21. Manter durante toda execução do contrato objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para contratação;
- 11.2.22. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- 11.2.23. Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 11.2.24. Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 11.2.25. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal,



notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000;

11.2.26. Quando do fornecimento de peças, a contratada deverá cumprir o disposto no art. 7º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal, a qual preconiza:

- sejam constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- não contenham substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais;
- estejam acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível;
- funcionem com baixo consumo de energia ou de água;
- sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais;
- possuam certificado emitido pelos órgãos ambientais;
- possuam certificação de procedência de produtos.

11.2.2. Em relação a substituição de componentes:

11.2.2.1. Caso se constate, na manutenção preventiva e ou corretiva, a necessidade de substituir quaisquer peças e ou componentes, estas deverão ser definitivamente substituídas pela **contratada**;

11.2.2.2. A CONTRATADA **deverá fornecer peças novas e** originais do fabricante do equipamento incluindo os componentes previstos no TERMO DE REFERÊNCIA;

11.2.2.3. A CONTRATANTE analisará a possibilidade de reposição com peças compatíveis, similares ou reconcondicionadas por parte da Contratada, considerando a inexistência de peças originais do fabricante do equipamento no mercado e/ou no país, desde que adquiridos de outros fabricantes idôneos, conceituados e com garantia mínima de 90 (noventa) dias;

11.2.2.4. Na utilização de peças compatíveis, similares, reconcondicionadas ou substituídas por outras não originais do fabricante, a **Contratada responsabilizar-se-á pelas**:

11.2.2.5. Substituições e reparos que fizer nos equipamentos, utilizando materiais compatíveis, similares, reconcondicionados ou de especificação idêntica;

11.2.2.6. Por quaisquer danos irreversíveis, caso ocorram, devido à utilização de peças incompatíveis ou inadequadas aos equipamentos de ar condicionado desta PGDF, repondo peças e/ou equipamentos de forma parcial ou completo conforme a extensão do dano causado;

11.2.2.7. A recuperação de peças e ou componentes danificados serão aceitos quando comprovadamente e economicamente favorável à administração, considerando o tempo de devolução, prazo de funcionamento e garantia de no mínimo de 90



(noventa) dias e custo, em relação à substituição por novo e deverá ser efetuada em oficina especializada e devolvida com relatório técnico detalhado e conclusivo;

11.2.2.8. A CONTRATADA somente procederá à substituição das peças após a autorização do EXECUTOR DO CONTRATO atendendo aos procedimentos administrativos pertinentes;

11.2.2.9. A contratada somente poderá retirar quaisquer peças, componentes e/ou equipamentos das dependências desta Procuradoria-Geral do Distrito Federal, sob qualquer finalidade, após autorização formal da contratante;

11.2.2.10. É responsabilidade da contratada remover quaisquer peças, componentes ou equipamento com o devido acondicionamento para transporte até o local em que deverá ser consertado, bem como, pelas despesas operacionais decorrentes. Qualquer dano ou perda após a retirada de quaisquer itens ou componentes será de total responsabilidade da contratada.

11.2.2.11. Não fazer uso de mão de obra infantil, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013.

11.2.2.12. Adotar na execução do contrato, práticas de sustentabilidade ambiental, a recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela PGDF, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, nos termos estabelecidos na Lei Distrital nº. 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que sejam aplicáveis ao objeto desta licitação..

11.2.2.13. Durante a execução do contrato fica vedado o uso de conteúdo discriminatório: contra a mulher, que incentive a violência ou que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou qualquer outro que represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do que dispõe a Lei 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital 38.365/2017. (PARECER 57/2018 – PRCON/PGDF).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada à modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada as sanções previstas no Edital, e aquelas estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**



O Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, devendo para tanto, o ato ser precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

O Distrito Federal, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por ordem de serviço, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na PGDF, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

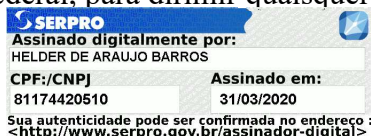
18.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060. (Decreto nº 34.031/2012, publicado no DODF de 13/12/2012 p 5.)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo Distrito Federal:

HELDER DE ARAÚJO BARROS
Secretário Geral



Pela Contratada:

MARCOS DENES DA SILVA
NEIVA:86845128120

MARCOS DENES DA SILVA NEIVA
Sócio Diretor

Assinado de forma digital por MARCOS DENES DA SILVA NEIVA:86845128120
Dados: 2020.03.30 16:35:04 -03'00'



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



**Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de
Serviços nº 003/2020, nos termos do Padrão nº 14/2002.**

Processo nº 00020-00028613/2019-55.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Distrito Federal, por meio de sua **PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL-PGDF**, situada no SAM Bloco I Ed. Sede da PGDF, Brasília/DF, CEP 70620-000, CNPJ sob nº 00.394.643/0001-67, representado por **LUDMILA LAVOCAT GALVAO**, na qualidade de Procuradora-Geral do Distrito Federal, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e **Tafa Engenharia Ltda - ME**, doravante denominada Contratada, CNPJ nº 12.859.652/0001-65, com sede em SCLRN 705 Bloco C Loja 47, Asa Norte, Brasília - DF, CEP nº 70.730-553, representada por **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA**, portador do RG nº 1.937.202 – SSP/DF e CPF nº 868.451.281-20, na qualidade de Sócio Diretor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por escopo:

2.1 - a prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, de 01.04.2022 a 31.03.2023, em conformidade com as justificativa de ID SEI nº 74935442, Nota Jurídica nº 108/2021-PGDF/PGCONS, ID SEI nº 76191401, art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e com a Cláusula Oitava do Contrato ora aditado;

2.2 – a alteração contratual com vistas ao reajuste, pelo IPCA (Índice de Correção: 1,09786590), do valor anual que passa a ser R\$ **63.095,66 (sessenta e três mil noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos)**, conforme detalhamento abaixo:

LOTE 01	
ITEM 02 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	
Valor Total Anual	
R\$ 31.861,31	
ITEM 03 - SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO - SOB DEMANDA	
Valor Total Anual	
R\$ 2.144,69	
VALOR TOTAL DO SERVIÇOS DO LOTE 01:	R\$ 33.976,00

ITEM 04 - PEÇAS DOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DO LOTE 01	
Valor Total Anual	
R\$ 1.015,74	

LOTE 02	
ITEM 01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	
Valor Total Anual	
R\$ 26.120,33	
Item 02 - PEÇAS DOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DO LOTE 02	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL



Valor Total Anual
R\$ 1.983,60

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 120901/12901 - FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

II – Programa de Trabalho: 03.1228.2034.2200.0007

III – Natureza da Despesa: 33.90.39

IV – Fonte de Recursos: 171

3.2 – O empenho é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2021NE00227, emitida em 20/08/2021, sob o evento nº 400092, na modalidade Estimativo.

CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA CONTRATUAL

A garantia para a execução do Termo Aditivo, corresponde a 3% (três por cento) do montante do contrato, conforme previsão constante na Cláusula Nona do Contrato de Prestação de Serviço nº 003/2020.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigência na data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060. (Decreto nº 34.031/2021, publicado no DODF de 13/12/2021 p 5.).

Pelo Distrito Federal:

LUDMILA LAVOCAT GALVAO
Procuradora-Geral do Distrito Federal

MARCOS DENES DA SILVA
NEIVA:86845128120

Assinado de forma digital por MARCOS
DENES DA SILVA NEIVA:86845128120
Dados: 2022.03.30 17:14:53 -03'00'

Pela Contratada:

MARCOS DENES DA SILVA NEIVA
Representante Legal

Testemunhas:



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**

CONTRATO Nº: 057 /2017-AGU.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E A
EMPRESA Tafa Engenharia LTDA - ME,
NA FORMA ABAIXO.**

PROCESSO Nº: 00676.000892/2017-52.

A **UNIÃO**, por intermédio da **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, instituída pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**, instituída pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, com Sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, Lote 800, Sala 203, Brasília/DF, Cep: 70.610-460, inscrita no **26.994.558/0068-30**, e consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 60, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2011, neste ato representada pelo **Superintendente Regional de Administração no Distrito Federal**, Senhor **DIOGO LUIZ DA SILVA**, nomeado pela Portaria/AGU nº 41, de 26 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, em 29 de janeiro de 2018, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **Tafa Engenharia LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº **12.859.652/0001-65**, sediada na CLN 207, Bloco "D", Lote 49, Sala 101, Asa Norte, Brasília/DF, Cep: 70.852-540, Telefone: (61) 3202-5381/9596-4647, e-mail: comercial@tafa.eng.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA**, portador da Cédula de Identidade nº 937202, expedida pela SSP/DF e do CPF nº 868.451.281-20, tendo em vista o que consta no processo nº 00676.000892/2017-52 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 43/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços comuns de engenharia, com fornecimento de mão de obra, materiais de consumo e reposição de peças, relativos à manutenção preventiva e corretiva nos Sistemas de

resfriamento de líquido (SRL), composto por *Chillers*, bombas de pressurização e caixas de expansão, bem como aparelhos de ar-condicionado tipo Split, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de **R\$ 6.758,34** (seis mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), perfazendo o valor anual estimado de **R\$ 81.100,00** (oitenta e um mil e cem reais), conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Chiller	4	895,61	3.582,45	42.989,40
	Bomba de 248 m³/h	4	118,27	473,08	5.677,00
	Bomba de 124 m³/h	6	101,38	608,25	7.299,00
	Caixa de expansão de 250 l	2	67,58	135,17	1.622,00
	Ar condicionado de 9.000 BTU - SPRINGER/GREE/MITSO	4	50,69	202,75	2.433,00
	Ar condicionado de 12.000 BTU - MITSUO	1	33,79	33,79	405,50
	Ar condicionado de 24.000 BTU - FUJITSU	1	40,55	40,55	486,60
	Ar condicionado de 28.000 BTU - GREE/MITSUO	2	50,69	101,38	1.216,50

Ar condicionado de 58.000 BTU -CARRIER	1	87,86	87,86	1.054,30
Ar condicionado de 60.000 BTU - FUJITSU/CARRIER	6	90,11	540,67	6.488,00
Ar condicionado de 90.000 BTU - CARRIER	1	114,89	114,89	1.378,70
Valor para reposição de peças (máximo 25%)			837,50	10.050,00
Valor total (R\$)				81.100,00

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é estimativo para o valor de reposição de peças, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão, também, dos quantitativos de peças efetivamente entregues.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Unidade/Gestão: 110161/00001

Fonte: 0188000000

Programa de Trabalho: 03092213026740001

Elemento de Despesa: 339039

Nota de Empenho: 2017NE801729 **Emissão:** 28/Nov/2017

Valor: R\$ 19.784,00 (e demais empenhos de reforço).

PI: AGU0031

4.2. Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA/IBGE.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 4.055,00** (quatro mil e cinquenta e cinco reais), em qualquer uma das modalidades previstas no Artigo 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor total deste instrumento, no prazo de **10** (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília/DF, 01 de FEVEREIRO de 2018.



DIOGO LUIZ DA SILVA
Advocacia-Geral da União
CONTRATANTE



MARCOS DENES DA SILVA NEIVA
TÁFA Engenharia Ltda - ME
CONTRATADA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2017 - UASG 110161**

Nº Processo: 0067600080201752
 PREGÃO SISPP Nº 45/2017. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - CNPJ (contratado): 13859687009165. Contratado: TATA ENGENHARIA LTDA - ME - Objeto: Prestação de serviços comuns de engenharia relativos a manutenção preventiva e corretiva nos Sistemas de Refreamento de Líquido (SRL) composto por Chiller, bombas de pressurização e carcasas de expansão, bem como aparelhos de ar-condicionado tipo Split nas dependências da Advocacia-Geral da União em Brasília DF. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02. Vigência: 01/02/2018 a 31/01/2019. Valor Total: R\$81.104,00. Fonte: 188000000 - 2017NE801729. Data de Assinatura: 01/02/2018.

(SICON - 08/02/2018) 110161-00001-2018NE000096

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 110322**

Numero do Contrato: 5/2017
 Nº Processo: 0018401000720169
 PREGÃO SISPP Nº 14/2016. Contratante: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDENCIA DA R. CNPJ (Contratado): 17314379002092. Contratado: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTACAO S.A. Objeto: Aumento quantitativo de 17,13% do valor mensal. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor Total: R\$160.215,52. Fonte: 100000000 - 2017NE800083. Data de Assinatura: 08/12/2017.

(SICON - 08/02/2018) 110001-00001-2017NE800175

AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 500/2018 - UASG 110120**

Nº Processo: 00091001550201721
 PREGÃO SRP Nº 26/2017. Contratante: AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA-ABIN GSI PR - CNPJ (Contratado): 94316916000522. Contratado: LTA-RH INFORMATICA COMERCIO REPRESENTACOES LTDA. Objeto: Aquisição de microcomputadores e estações de trabalho. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02. Vigência: 12/01/2018 a 12/05/2018. Valor Total: R\$600.000,00. Fonte: 100000000 - 2017NE801713. Fonte: 188000000 - 2017NE801824. Fonte: 100000000 - 2017NE801845. Data de Assinatura: 12/01/2018.

(SICON - 08/02/2018) 110120-00001-2018NE800035

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2018 - UASG 110120

Nº Processo: 91.002356/2017-05. Objeto: Contratação de serviço de vigilância armada. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Dispensa em 08/02/2018. FATIMA APARECIDA FRANCA QUEIROZ, Diretora. Ratificação em 08/02/2018. ANTONIO AUGUSTO MUNIZ DE CARVALHO, Secretário de Planejamento e Gestão. Valor Global: R\$ 114.515,54. CNPJ CONTRATADA: 16.505.678/0001-66. SI PREMANSEGURANCA LTDA - EPP.

(SIDEC - 08/02/2018) 110120-00001-2018NE800003

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**SECRETARIA EXECUTIVA****DEPARTAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA SUPERINTENDÊNCIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL****RETIFICAÇÃO**

No Extrato de Contrato Nº 65776/2017 publicado no D.O. de 28/04/2017, Seção 3, Pág. 4, Onde se lê: Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017. Leia-se: Vigência: a partir de 01/01/2017, com data final indeterminada conforme Orientação Normativa AGF nº 36, de 15/12/2011.

(SICON - 08/02/2018) 130010-00001-2017NE800007

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018 UASG 130014**

Nº Processo: 2101600003/2018. Objeto: Contratação para fins de fornecimento de serviços de água esgoto para atender despesas da Superintendência Federal de Agricultura no DF. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de Licitação. Declaração de Inexigibilidade em 08/02/2018. OSEAS BENJAMIN DA SILVA, Chefe de Serviço de Administração - Substituto. Ratificação em 08/02/2018. BERNARDO SAYAO CARVALHO ARAUJO NETO, Superintendente. Valor Global: R\$ 96.000,00. CNPJ CONTRATADA: 00.083.014/0001-77. COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL.

(SIDEC - 08/02/2018) 130014-00001-2017NE800003

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 UASG 130050**

Numero do Contrato: 1/2017
 Nº Processo: 21020004185201630
 PREGÃO SISPP Nº 8/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA - PECUARIA E ABASTECIMENTO (CNPJ) Contratado: 0740740000116. Contratado: L V N COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato 001/2017 pelo período de mais 12 meses iniciando em 01/03/2018 e finalizando em 28/02/2019, mantendo inalteradas as demais cláusulas contratuais. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e 10.520/02 e demais legislações vigentes. Vigência: 01/03/2018 a 28/02/2019. Valor Total: R\$54.736,54. Fonte: 100000000 - 2018NE800011. Data de Assinatura: 05/02/2018.

(SICON - 08/02/2018) 130050-00001-2018NE800015

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUARIA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Processo Nº 21024004182/2017-46
 Pelo presente Edital fica notificado o representante da empresa Fardim & Cia Ltda LPP - CNPJ nº 04.982.603/0001-97, que se encontra em local incerto e não sabido a comparecer na SFA-MT, localizada na Alameda Amândia Molina, s/nº, Bairro Porto CEP 78.115-901, em Várzea Grande-MT, a fim de tomar ciência do Termo de Intimação e Notificação de Julgamento nº 060/2017, referente ao processo nº 21024004182/2017-46. Fica a empresa identificada de que o não comparecimento à SFA-MT, no prazo de 15 (quinze) dias, implicará no encaminhamento do processo à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição do débito em dívida ativa da União e cobrança judicial.

JOSE DE ASSIS GUARESQUI
 Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 UASG 130025**

Numero do Contrato: 11/2016
 Nº Processo: 21076001188201641
 PREGÃO SISPP Nº 3/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA - PECUARIA E ABASTECIMENTO (CNPJ) Contratado: 14346639000100. Contratado: CLEAN MASTER TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - ME. Objeto: Aditar o contrato em um posto de Apoio Operacional Nível 1. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 02/01/2018 a 31/07/2018. Valor Total: R\$453.705,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800458. Data de Assinatura: 02/01/2018.

(SICON - 08/02/2018) 130025-00001-2018NE800010

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2018 UASG 130074**

Numero do Contrato: 1/2015
 Nº Processo: 21042004481201410
 PREGÃO SISPP Nº 8/2014. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA - PECUARIA E ABASTECIMENTO (CNPJ) Contratado: 07832586000408. Contratado: DE TURISMO E EVENTOS LTDA - Objeto: O do Superintendente Federal de Agricultura no RS. Ordenador de Despesas em exercício RESOLVE Determinar a prorrogação do contrato supra, por

um novo período de 12 meses o qual passara a vigor de 21/01/2018 a 20/01/2019. Fundamento Legal: Parágrafo 2º Artigo 57 da Lei de Licitações 8.666/1993. Vigência: 21/01/2018 a 20/01/2019. Valor Total: R\$496.050,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800423. Data de Assinatura: 05/01/2018.

(SICON - 08/02/2018) 130074-00001-2018NE800014

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Especie: Comunicamos o Registro de Preços para Aquisição de Materiais - Siderméticos (chapas e afins). Ata de Registro de Preços nº 068/17-2041-1001-24-010-10-1 Decorrente de Pregão Eletrônico nº 056/2017. Processo: CEAGESP nº 068/2017. Compromissária: MEGATER COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA - EPP. CNPJ nº 10.602.104/0001-30. Valor Total: R\$ 171.796,50 (cento e setenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) nos termos do item 1. Validade: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data de Assinatura: 05/02/2018.

AVISO DE ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 15/2015

Processo nº 70/2015.

Ante os elementos constantes nos autos do processo, o Diretor Presidente da CEAGESP declara anulada a Concorrência acima referida, cujo objeto e atribuição de áreas vagas no EISP - Entrepósito Terminal de São Paulo, descritas no ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO - DESCRIÇÕES DAS ÁREAS VAGAS, NEFRAÇÕES E VALORES DO TCR, POR MEIO do qual os autos do processo estão com vista franqueada aos interessados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2018.
 SONIA APARECIDA DA SILVA APOSTÓLICO
 Chefe de Seção de Licitações

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2018 UASG 135337**

Nº Processo: 21214000072201778. Objeto: Pregão Eletrônico - Onze mil, oitocentos e setenta e um (11871) litros de Combustível óleo diesel comum Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 09/02/2018 de 08h00 às 11h59 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Quadra 601 Sul Avenida Teotônio Segurado Conjunto 01 Lote 02 PALMAS - TO. Ou www.comprasgovernamentais.gov.br edital 135337-05-1-2018. Entrega das Propostas a partir de 09/02/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/02/2018 às 14h30 no site www.comprasnet.gov.br.

WILSON SANTOS DE OLIVEIRA
 Pregoeiro

(SIDEC - 08/02/2018) 135337-22211-2018NE000093

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DAS REGIONAIS**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo: 21227.000045/2015-03 - 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/2015 - Contratante: Companhia Nacional de Abastecimento. CNPJ: 26.461.699/0493-50 - Contratado: SACEI - Serviço de Vigilância e Transporte de Valores Ltda - CNPJ: 16.267.888/0001-78 - Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Artigo 57. Inciso II - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência pelo período de mais 12 (doze) meses. Vigência: 17/02/2018 a 16/02/2019 - Nota de Empenho: 2018NE000012 - Data de Assinatura: 08/02/2018 - Assinam pela CONAB: Jose Resende dos Santos, Superintendente Regional e Leandro Vinicius Soares Coelho, Gerente de Finanças e Administração. Assina pela Contratada: Antonio Vasco Pereira Filho - Socio Administrador.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 21227.000117/2016-84 - 1º Termo Aditivo ao Contrato 01/2017 - Contratante: Companhia Nacional de Abastecimento. CNPJ: 26.461.699/0493-50 - Contratado: SACEI - Serviço de Vigilância e Transporte de Valores Ltda - CNPJ: 16.267.888/0001-78 - Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Artigo 57. Inciso II - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência pelo período de mais 12 (doze) meses. Vigência: 15/02/2018 a 14/02/2019 - Nota de Empenho: 2018NE000005 - Data de Assinatura: 08/02/2018 - Assinam pela CONAB: Jose Resende dos Santos, Superintendente Regional e Leandro Vinicius Soares Coelho, Gerente de Finanças e Administração - Pela Contratada: Antonio Vasco Pereira Filho - Socio Administrador.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**

**QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 057/2017-AGU, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA ADVOCACIA-GERAL
DA UNIÃO, E A EMPRESA TAF
ENGENHARIA LTDA, NA FORMA
ABAIXO:**

PROCESSO Nº: 00676.000892/2017-52.

A **UNIÃO**, por intermédio da **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, instituída pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**, instituída pelo Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021, com sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, Lote 800, Brasília/DF, Cep: 70.610-460, inscrita no CNPJ nº **26.994.558/0068-30**, e consoante delegação de competência conferida pela Portaria SGA nº 876, de 1º de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, em 5 de outubro de 2020, neste ato representada pelo Superintendente Regional de Administração no Distrito Federal, Senhor **RODRIGO JORG PFEILSTICKER**, nomeado pela Portaria AGU nº 84, de 10 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de março de 2021, doravante designada **CONTRATANTE**, e a empresa **TAF ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **12.859.652/0001-65**, sediada na SCLRN 705, bloco C, entrada 50, LOJA 47, Asa Norte, Brasília/DF, Cep. 70.730-553, Telefone: (61) 3536-6609, E-mail: comercial@tafa.eng.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA**, portador da Cédula de Identidade nº 1937202, expedida pela SSP/DF e do CPF nº 868.451.281-20, tendo em vista o que consta no processo nº **00676.000892/2017-52**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666/93 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, decorrente do Pregão nº 43/2017-AGU, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº **057/2017-AGU**, por mais 12 (doze) meses, tendo por termo inicial o dia **2 de fevereiro de 2022** e por termo final o dia **1º de fevereiro de 2023**, bem como proceder ao

reajuste do valor inicialmente contratado, nos termos do Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/1993 e da Cláusula Sexta do termo inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor mensal estimado da contratação é de **R\$ 8.222,93** (oito mil duzentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), perfazendo o valor anual estimado de **R\$ 98.675,16** (noventa e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Valor Unitário	IPCA - Jan a Nov 2021	Valor Reajustado	Quant.	Valor Mensal	Valor Anual
1	Chiller	997,31	9,26343%	1089,70	4	4358,80	52.305,60
	Bomba de 248 m3/h	131,7		143,90	4	575,60	6.907,20
	Bomba de 124 m3/h	112,89		123,35	6	740,10	8.881,20
	Caixa de expansão de 250 L	75,25		82,22	2	164,44	1.973,28
	Ar condicionado de 9.000 BTU - Springer/Gree/Mitso	56,45		61,68	4	246,72	2.960,64
	Ar condicionado de 12.000 BTU - Mitso	37,63		41,12	1	41,12	493,44
	Ar condicionado de 24.000 BTU - Fujitsu	45,16		49,34	1	49,34	592,08
	Ar condicionado de 28.000 BTU - Gree/Mitso	56,45		61,68	2	123,36	1.480,32
	Ar condicionado de 58.000 BTU - Carrier	97,83		106,89	1	106,89	1.282,68
	Ar condicionado de 60.000 BTU - Fujitsu/Carrier	100,34		109,63	6	657,78	7.893,36
	Ar condicionado de 90.000 BTU - Carrier	127,94		139,79	1	139,79	1.677,48
	Valor para reposição de peças (máximo 25%)	932,6		1018,99	1	1018,99	12.227,88
Valor Total Estimado						8.222,93	98.675,16

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é estimativo para o valor de reposição de peças, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão, também, dos quantitativos de peças efetivamente entregues.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo estão previstas no Orçamento da União para o presente exercício, na classificação abaixo, e serão programadas para o exercício subsequente, à conta de dotação orçamentária própria para atender despesas da mesma natureza:

UNIDADE/GESTÃO: 110161/00001
FONTE: 0100000000
PROGRAMA DE TRABALHO: 168530
ELEMENTO DE DESPESA: 339039
PLANO INTERNO: AGU0031
NOTA DE EMPENHO: 2021NE000024
EMIÇÃO: 21/jan/2021
VALOR: R\$ 91.199,22 (e demais empenhos de reforço)

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a **CONTRATADA** prestará Garantia Contratual no valor total de **R\$ 4.933,76** (quatro mil novecentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento, em qualquer uma das modalidades previstas no Artigo 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A **CONTRATADA** deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura do instrumento contratual, devendo a validade da garantia ultrapassar em 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições previstas no Contrato original, não conflitantes com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste instrumento, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília/DF, de janeiro de 2022.

RODRIGO JORG
PFEILSTICKER:550
23797600

Assinado de forma digital por
RODRIGO JORG
PFEILSTICKER:55023797600
Dados: 2022.01.24 12:51:24
-03'00'

RODRIGO JORG PFEILSTICKER
Advocacia-Geral da União
CONTRATANTE

MARCOS DENES DA SILVA
NEIVA:86845128120

Assinado de forma digital por MARCOS
DENES DA SILVA NEIVA:86845128120
Dados: 2022.01.05 16:18:26 -03'00'

MARCOS DENES DA SILVA NEIVA
TAFE Engenharia Ltda
CONTRATADA



13136312



08004.000150/2020-47



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II 6º andar, Sala 612/614, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-7645 - <https://www.justica.gov.br>

TERMO DE CONTRATO Nº 123/2020

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 123/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E DA COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E A EMPRESA Tafa Engenharia Ltda ME.

PROCESSO Nº 08004.000150/2020-47

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP**, com sede na Esplanada dos Ministérios, CEP 70064-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ 00.394.494/0013-70, neste ato representado pelo Coordenador-Geral de Arquitetura e Engenharia, Senhor **ÉRICO HOFFMAN IRALA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1581849 – SSP/DF e do CPF nº 800.138.721-68, nomeado pela Portaria nº 1931, de 26 de novembro de 2019, publicada no D.O.U. de 27 de novembro de 2019, e pela Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos, Senhora **DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.558.79980–SSP/SP e do CPF nº 712.315.791-53, nomeada pela Portaria nº 1.087, de 06 de novembro de 2015, publicada no D.O.U de 09 de 2015, ambos com delegação de competência fixada pela Portaria SAA nº 37, de 10 de novembro de 2020, publicada no DOU de 11 de novembro de 2020, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **Tafa Engenharia Ltda ME**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.859.652/0001-65, sediada na SCLRN 705, Bloco C, Loja 47, Asa Norte, CEP: 70.730-553, Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, Senhor **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA**, brasileiro, portador do RG nº 1937202 SSP/DF e do CPF nº 868.451.281-20, tendo em vista o que consta no Processo nº 08004.000150/2020-47 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 16/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em todos os sistemas de ar condicionado, chiller, fan-coils, self-contained, splits, multi-splits, VRF, aparelhos de ar condicionado de janela, do tipo portátil, geladeiras, frigobares, filtros e cortinas de ar no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP em Brasília, incluindo o fornecimento de todos os insumos, materiais, peças, componentes e acessórios, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Objeto da contratação:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Anual
1	Encarregado Geral (Chefe de Manutenção Eletromecânica)	1	posto/mês	R\$ 4.969,35	R\$ 59.632,20
2	Supervisor de manutenção de aparelhos térmicos, de climatização e de refrigeração	2	posto/mês	R\$ 4.306,26	R\$ 103.350,24
3	Montador de instalação de calefação, ventilação e refrigeração	1	posto/mês	R\$ 4.306,44	R\$ 51.677,28
4	Operador de instalação de ar condicionado	2	posto/mês	R\$ 3.649,41	R\$ 87.585,84
5	Auxiliar mecânico de ar condicionado	4	posto/mês	R\$ 3.649,71	R\$ 175.186,08
6	Serviços Eventuais	1	serviço	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
7	Peças de Reposição	1	unidade	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 19/01/2021 e encerramento em 19/01/2022, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total da contratação é de **R\$ 647.431,64 (seiscentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos)**.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020 na classificação abaixo:

Serviços (mão de obra):

Natureza da Despesa: 339037

Plano Interno: AE99OCAENG

PTRES: 172195

Fonte: 0100

Nota de Empenho: 2020NE800629

Serviços (eventuais):

Natureza da Despesa: 339039

Plano Interno: AE99OCAENG

PTRES: 172195

Fonte: 0100

Nota de Empenho: 2020NE800630

Materiais (peças de reposição):

Natureza da Despesa: 339030

Plano Interno: AE99OCAENG

PTRES: 172195

Fonte: 0100

Nota de Empenho: 2020NE800631

No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

O CONTRATANTE poderá ainda:

nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Termo de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSINATURA ELETRÔNICA

O presente Termo de Contrato será firmado por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações-SEI! do Ministério da Justiça e Segurança Pública, garantida a eficácia das Cláusulas.

Em conformidade com o disposto no § 2º, art. 10, da MPV 2.200/01, a assinatura deste Termo de Contrato pelo representante oficial da **CONTRATADA**, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância,

bem como o reconhecimento da validade e do aceite ao presente documento.

A sua autenticidade poderá ser atestada a qualquer tempo, seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

ÉRICO HOFFMAN IRALA

Coordenador-Geral de Arquitetura e Engenharia
Ministério da Justiça e Segurança Pública

DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos
Ministério da Justiça e Segurança Pública

MARCOS DENES DA SILVA NEIVA

Representante da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

1- Gustavo Henrique Corrêa de Paula Maciel - CPF nº 916.497.571-15

2- Rosana Gomes Carvalho - CPF nº 008.785.191-14



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 28/12/2020, às 18:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Correa de Paula Maciel, Coordenador(a) de Contratos**, em 28/12/2020, às 18:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Érico Hoffman Irala, Coordenador(a)-Geral de Arquitetura e Engenharia**, em 28/12/2020, às 20:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 16:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA GOMES CARVALHO, Usuário Externo**, em 31/12/2020, às 16:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13136312** e o código CRC **185A5818**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



16715916



08004.000150/2020-47



Ministério da
Justiça e
Segurança
Pública
Secretaria-
Executiva
Divisão de
Contratos

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, E COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E A EMPRESA Tafa Engenharia Ltda Me

PROCESSO Nº 08004.000150/2020-47

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, CEP 70064-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ 00.394.494/0013-70, neste ato representado pelo Coordenador-Geral de Arquitetura e Engenharia, **Sr. ÉRICO HOFFMAN IRALA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1581849 – SSP/DF e do CPF nº 800.138.721-68, nomeado pela Portaria nº 1931, de 26 de novembro de 2019, publicada no D.O.U. de 27 de novembro de 2019, e pela Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos, **Sra. DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO**, brasileira, portadora do RG nº 3.558.79980–SSP/SP e do CPF nº 712.315.791-53, nomeada pela Portaria nº 1.087, de 06 de novembro de 2015, ambos com delegação de competência fixada pela Portaria SAA nº 76, de 25 de novembro de 2021, publicada no D.O.U. de 29 de novembro de 2021, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **Tafa Engenharia Ltda Me**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.859.652/0001-65, sediada na SCLRN 705, Bloco C, Loja 47, Asa Norte, CEP: 70.730-553, Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio Diretor, **Sr. MARCOS DENES DA SILVA NEIVA**, brasileiro, portador do RG nº 1937202 SSP/DF e do CPF nº 868.451.281-20, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 123/2020, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, observadas as Cláusulas e condições seguintes e em especial o artigo 57, inciso II da referida Lei de Licitações e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do período de vigência por 12 (doze) meses, **a contar de 20 de janeiro de 2022 a 19 de janeiro de 2023**, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, do Contrato nº 123/2020, cujo objeto é o fornecimento de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em todos os sistemas de ar condicionado, chiller, fan-coils, self-contained, splits, multi-splits, VRF, aparelhos de ar condicionado de janela, do tipo portátil, geladeiras, frigobares, filtros e cortinas de ar no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP em Brasília, incluindo o fornecimento de todos os insumos, materiais, peças, componentes e acessórios, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O valor atualizado do Contrato é de **R\$ 647.431,64 (seiscentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos)**, para o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, estimadas em **R\$ 647.431,64 (seiscentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos)**, para os exercícios de 2022 e de 2023, a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujos programas de trabalho e Elemento de Despesas seguem descritos abaixo:

Unidade Gestora nº 200005 – Coordenação-Geral de Licitação e Contratos;

Natureza de Despesa: 339037, 339039 e 339030;

PI: AE99OCGAENG;

Unidade Orçamentária: 30101;

Fonte de Recursos: 0100;

PTRES: 172195;

Declaração de Disponibilidade Orçamentária 98 (16180126).

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA

Em decorrência deste Termo Aditivo, a garantia financeira deverá ser atualizada em conformidade com o artigo 56, parágrafo segundo da Lei 8.666/93 e com a CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato nº 123/2020.

A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do Anexo VII - B e alínea "j" do subitem 3.1 do Anexo VII-F da IN SLTI/MPOG nº 5/2017."

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. A contratada resguarda seu direito de reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - ASSINATURA ELETRÔNICA

O presente Termo Aditivo será firmado por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações-SEI! do Ministério da Justiça e Segurança Pública, garantida a eficácia das Cláusulas.

Em conformidade com o disposto no § 2º, art. 10, da MPV 2.200/01, a assinatura deste Termo Aditivo pelo representante oficial da **CONTRATADA**, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento da validade e do aceite ao presente documento.

A sua autenticidade poderá ser atestada a qualquer tempo, seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato nº 123/2020 permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem assim justas e acertadas, lavrou-se o presente Termo Aditivo, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, as partes se obrigam a cumpri-lo.

DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos
Ministério da Justiça e Segurança Pública

ÉRICO HOFFMAN IRALA

Coordenador-Geral de Arquitetura e Engenharia
Ministério da Justiça e Segurança Pública

MARCOS DENES DA SILVA NEIVA

Representante da Empresa Contratada



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 16/12/2021, às 15:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Érico Hoffman Irala, Coordenador(a)-Geral de Arquitetura e Engenharia**, em 20/12/2021, às 11:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA, Usuário Externo**, em 29/12/2021, às 23:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16715916** e o código CRC **57842C49**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CONTRATO Nº 05/2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE
CLIMATIZAÇÃO E CONDICIONADORES DE AR DA
PR/BA E PRMs, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA E A
EMPRESA Tafa Engenharia Ltda.**

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob número 26.989.715/0010-01, com sede na Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron, CEP: 41.194-015, Salvador/BA, neste ato representada pelo seu Secretário Estadual, Sr. **FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS**, brasileiro, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº 573699500, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 925.559.855-49, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 339, de 17 de dezembro de 2020, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo seu Secretário Estadual Substituto, Sr. **SILVIO FERNANDO LIMA DE SANTANA**, brasileiro, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº 02885050-50 SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 535.568.445-91, no uso de sua competência delegada pela Portaria PR/BA nº 338, de 17 de dezembro de 2020, publicada no DOU em 21 de dezembro de 2020 e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **Tafa Engenharia Ltda**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número 12.859.652/0001-65, estabelecida na SCLRN, 705, Bloco C, Loja 47 - Asa Norte /Brasília-DF, CEP 70730-553, Telefone: 61-3536-6609, E-mail: comercial@tafa.eng.br, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo sócio diretor Sr. **MARCOS DENIS DA SILVA NEIVA**, (brasileiro), (engenheiro), portador da Carteira de Identidade Profissional nº: DF-13679/D, expedida pelo CREA-DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 868.451.281-20, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.14.000.000433/2022-38, e em observância das disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017 (alterada pela IN nº 07/2018-SG/MPDG), da legislação aplicada ao Ministério Público da União e demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção dos sistemas de climatização e condicionadores de ar instalados nas unidades da capital e do interior do estado da Bahia, do Ministério Público Federal na Bahia, com fornecimento de mão de obra residente na capital e fornecimento de peças e componentes mediante ressarcimento, na forma da legislação tributária e demais normas que regem a matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA são os descritos no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão nº 02/2022).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Os serviços a serem executados pela CONTRATADA, assim como as obrigações por ela assumidas obedecerão ao quanto estipulado no presente Contrato e nos documentos constantes do PGEA nº 1.14.000.000433/2022-38, enumerados a seguir, que, independentemente de transcrição, o integram e complementam para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão nº 02/2022;
- b) Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão nº 02/2022;
- c) Proposta final firmada pela CONTRATADA em 26/04/2022, contendo o valor global dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além das discriminadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Termo de Referência e cláusulas contratuais;
- b) Fiscalizar o atendimento ao disposto no Art. 4º da Resolução CNMP nº 177/2017, de 5 de julho de 2017, quanto à vedação de atribuição de cargo de chefia a empregado que tenha praticado ato(s) tipificado(s) como causa(s) de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral;
- c) Garantir que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- d) Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- e) Impugnar qualquer funcionário da CONTRATADA que não preencher as condições técnicas necessárias ou exigidas pela CONTRATANTE;
- f) Determinar o afastamento de empregado da CONTRATADA que esteja sem uniforme; sem EPI; sem crachá; dificultando a fiscalização; prejudicando o bom andamento ou a boa qualidade dos serviços; que não acate as ordens da CONTRATANTE nem respeite sua autoridade; ou, ainda, cuja permanência na área for julgada inconveniente, devendo o substituto possuir qualificação profissional igual ou superior à do substituído, comprovada mediante documentação;
- g) Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- h) Atestar os serviços executados pela CONTRATADA, bem como os materiais fornecidos para execução destes, efetuando os pagamentos nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;
- i) Conferir os materiais e equipamentos discriminados no Contrato e registrar as divergências quanto a quantidade e qualidade previstas;
- j) Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio, adotadas pela

CONTRATANTE;

- k) Notificar por escrito e com antecedência quaisquer débitos, porventura existentes, como multas, danos causados e outros;
- l) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- m) Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
- n) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no Contrato e/ou especificado no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será(ão) nomeado(s) Fiscal(is) do Contrato, que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, emitindo relatório de acompanhamento mensal, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA. São competências do fiscal do Contrato:

- a) Ter livre acesso e autoridade para definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- c) Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos neste Contrato e/ou Termo de Referência, submetendo o caso à autoridade competente para decisão;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das especificadas explícita ou implicitamente no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022):

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto e demais itens deste Contrato;
- b) Indicar nome e telefone de profissional que atuará como preposto;
- c) Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias, bem como de indenizar todo e qualquer dano/prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à CONTRATANTE ou

- a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;
- d) Empregar mão de obra qualificada e assegurar que seus funcionários tenham recebido treinamento para utilizar os equipamentos e os produtos especializados;
- e) Providenciar para que os profissionais que executarão os serviços estejam devidamente identificados com crachá e com fardamento padrão da empresa ou, na ausência dessa padronização, com vestimenta compatível com a execução dos serviços e o decoro do órgão;
- f) Executar os serviços com o uso de todos os Equipamentos de Proteção Individuais e Equipamentos de Proteção Coletiva necessários;
- g) Atender às solicitações da CONTRATANTE nos prazos estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato;
- h) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o fornecimento do serviço;
- i) Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE inerente aos serviços objeto deste Contrato;
- j) Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- k) Responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- l) Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter a CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações.
- m) As seguintes recomendações do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF devem ser seguidas pela CONTRATADA:
1. Utilizar peças e componentes de reposição certificados pelo INMETRO, de acordo com a legislação vigente;
 2. Utilizar produtos de limpeza, de lubrificação e antiferrugem menos ofensivos;
 3. Obedecer às normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria de Inspeção do Trabalho, antigo Ministério do Trabalho.
- n) Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), conforme disposto no item 24 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, do Termo de Referência.
- o) É vedado à CONTRATADA:
1. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, no âmbito do Ministério Público Federal, sob pena de rescisão contratual;
 2. Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do Contrato;

3. Utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;

4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

5. Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual;

6. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;

7. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências da CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Considerando a faculdade da realização da vistoria, prevista no item 18 – DA VISTORIA do Termo de Referência, a CONTRATADA não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Independentemente da realização de vistoria, não se admitirá, em hipótese alguma, após a realização da licitação, qualquer alegação por parte da licitante de desconhecimento, total ou parcial, das condições que envolvem a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O preço global dos serviços ora contratados é de R\$ 217.789,73 (Duzentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), conforme discriminado nas tabelas abaixo:

1) SERVIÇOS DE ANDAIME, MONTAGEM, DESMONTAGEM E LOCAÇÃO

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Andaime, montagem e desmontagem a ser usado na PRM de Feira de Santana, com periodicidade bimestral	M	42	R\$ 21,44	R\$ 900,48
2	Andaime, montagem, desmontagem e locação a ser usado na PRM de Feira de Santana, com periodicidade bimestral	MxMês	10,5	R\$ 16,00	R\$ 168,00
TOTAL DOS CUSTOS					R\$1.068,48
BDI (conforme percentual total constante do Módulo 6 da Planilha de Custos e Formação de Preços - Custos indiretos, Tributos e Lucro)					R\$ 209,96
TOTAL GERAL					R\$ 1.278,44

2) SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (MÃO DE OBRA)

PROFISSIONAIS	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Técnico de Refrigeração	2	R\$ 5.182,50	R\$ 10.365,00
TOTAL GLOBAL (R\$)			R\$ 124.379,99

3) SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

ITEM	SERVIÇO	QUANT. EQUIP (A)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO POR EQUIP. (R\$) (B)	VALOR TOTAL DA MANUT. DOS EQUIP. (R\$) (A x B)	QUANT. DE SERV. ANUAL (C)	VALOR TOTAL ANUAL (A x B x C)
1	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM ALAGOINHAS	9	R\$ 58,22	R\$ 523,98	6	R\$ 3.143,88
2	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM ALAGOINHAS	13	R\$ 63,67	R\$ 827,71	6	R\$ 4.966,26
SUBTOTAL PRM ALAGOINHAS				R\$ 1.351,69		R\$ 8.110,14
3	Manutenção preventiva em split de 7.000 ou 7.500 BTUs ou em unidades de renovação de ar de 10HP, 5HP ou 8HP ou exaustor de 2CV na PRM BARREIRAS	5	R\$ 43,31	R\$ 216,53	6	R\$ 1.299,20
4	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 9.000 BTUs ou 9.600 BTUs ou 1,0HP na PRM BARREIRAS	14	R\$ 31,49	R\$ 440,92	6	R\$ 2.645,52
5	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 13.600 BTUs ou 13.648 BTUs ou 14.400 BTUs ou 1,5HP na PRM BARREIRAS	8	R\$ 35,34	R\$ 282,74	6	R\$ 1.696,45
6	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 15.500 BTUs ou 2,0HP ou 2HP LG na PRM BARREIRAS	7	R\$ 35,34	R\$ 247,40	6	R\$ 1.484,39
7	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 19.000 BTUs ou 19.100 BTUs ou 19.200 BTUs ou RCI 2,5 SET FREE ou 2,5HP LG na PRM BARREIRAS	4	R\$ 43,20	R\$ 172,79	6	R\$ 1.036,72
8	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 24.000 BTUs ou 27.200 BTUs ou 3,0HP na PRM BARREIRAS	10	R\$ 40,66	R\$ 406,60	6	R\$ 2.439,59
9	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 32.000 BTUs ou 36.200 BTUs ou 4,0HP na PRM BARREIRAS	3	R\$ 54,98	R\$ 164,93	6	R\$ 989,59
10	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 45.300 BTUs ou 48.000 BTUs ou 5,0HP na PRM BARREIRAS	3	R\$ 54,98	R\$ 164,93	6	R\$ 989,59
11	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 81.600 BTUs ou 9,0HP na PRM BARREIRAS	1	R\$ 70,69	R\$ 70,69	6	R\$ 424,11
12	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 95.600 BTUs ou 96.000 BTUs ou	11	R\$ 54,98	R\$ 604,75	6	R\$ 3.628,51

	10,00HP ou inicial RAS10, RAS12 ou RAS8 Hitachi STE FREE na PRM BARREIRAS					
13	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM BARREIRAS	1	R\$ 44,92	R\$ 44,92	6	R\$ 269,55
14	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM BARREIRAS	1	R\$ 67,07	R\$ 67,07	6	R\$ 402,44
SUBTOTAL PRM BARREIRAS				R\$ 2.884,28		R\$ 17.305,65
15	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	1	R\$ 57,20	R\$ 57,20	6	R\$ 343,20
16	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	1	R\$ 58,22	R\$ 58,22	6	R\$ 349,32
17	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	2	R\$ 63,67	R\$ 127,34	6	R\$ 764,04
18	Manutenção preventiva em split de 24.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	2	R\$ 68,20	R\$ 136,40	6	R\$ 818,40
19	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	2	R\$ 85,40	R\$ 170,80	6	R\$ 1.024,80
20	Manutenção preventiva em split de 36.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	3	R\$ 99,96	R\$ 299,88	6	R\$ 1.799,28
21	Manutenção preventiva em split de 48.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	1	R\$ 130,25	R\$ 130,25	6	R\$ 781,50
SUBTOTAL PRM CAMPO FORMOSO				R\$ 980,09		R\$ 5.880,54
22	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM EUNÁPOLIS	1	R\$ 52,82	R\$ 52,82	6	R\$ 316,90
23	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM PRM EUNÁPOLIS	9	R\$ 53,76	R\$ 483,83	6	R\$ 2.902,96
24	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM PRM EUNÁPOLIS	15	R\$ 58,79	R\$ 881,86	6	R\$ 5.291,17
SUBTOTAL PRM EUNÁPOLIS				R\$ 1.418,50		R\$ 8.511,03
25	Manutenção preventiva em split de 7.000 ou 7.500 BTUs ou em unidades de renovação de ar de 10HP, 5HP ou 8HP ou exaustor de 2CV na PRM FEIRA DE SANTANA	2	R\$ 50,70	R\$ 101,40	6	R\$ 608,40
26	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 9.000 BTUs ou 9.600 BTUs ou 1,0HP na PRM FEIRA DE SANTANA	8	R\$ 36,87	R\$ 294,97	6	R\$ 1.769,80
27	Manutenção preventiva ar condicionado	2	R\$ 41,38	R\$ 82,75	6	R\$ 496,52

	VRF 13.600 BTUs ou 13.648 BTUs ou 14.400 BTUs ou 1,5HP na PRM FEIRA DE SANTANA					
28	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 15.500 BTUs ou 2,0HP ou 2HP LG na PRM FEIRA DE SANTANA	12	R\$ 41,38	R\$ 496,52	6	R\$ 2.979,10
29	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 24.000 BTUs ou 27.200 BTUs ou 3,0HP na PRM FEIRA DE SANTANA	2	R\$ 47,60	R\$ 95,20	6	R\$ 571,21
30	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 45.300 BTUs ou 48.000 BTUs ou 5,0HP na PRM FEIRA DE SANTANA	1	R\$ 64,36	R\$ 64,36	6	R\$ 386,18
31	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 95.600 BTUs ou 96.000 BTUs ou 10,00HP ou inicial RAS10, RAS12 ou RAS8 Hitachi STE FREE na PRM FEIRA DE SANTANA	4	R\$ 64,36	R\$ 257,45	6	R\$ 1.544,72
32	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM FEIRA DE SANTANA	3	R\$ 52,59	R\$ 157,78	6	R\$ 946,69
33	Manutenção preventiva em split de 24.000 BTUs na PRM FEIRA DE SANTANA	1	R\$ 62,71	R\$ 62,71	6	R\$ 376,25
34	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM FEIRA DE SANTANA	1	R\$ 78,52	R\$ 78,52	6	R\$ 471,14
SUBTOTAL PRM FEIRA DE SANTANA				R\$ 1.691,67		R\$ 10.150,00
35	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM GUANAMBI	2	R\$ 57,20	R\$ 114,40	6	R\$ 686,40
36	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM GUANAMBI	2	R\$ 63,67	R\$ 127,34	6	R\$ 764,04
37	Manutenção preventiva em split de 24.000 BTUs na PRM GUANAMBI	6	R\$ 68,20	R\$ 409,20	6	R\$ 2.455,20
38	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM GUANAMBI	2	R\$ 85,40	R\$ 170,80	6	R\$ 1.024,80
39	Manutenção preventiva em split de 36.000 BTUs na PRM GUANAMBI	1	R\$ 99,96	R\$ 99,96	6	R\$ 599,76
SUBTOTAL PRM GUANAMBI				R\$ 921,70		R\$ 5.530,20
40	Manutenção preventiva em split de 7.000 BTUs na PRM ILHÉUS	1	R\$ 55,14	R\$ 55,14	6	R\$ 330,84
41	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM ILHÉUS	7	R\$ 57,20	R\$ 400,40	6	R\$ 2.402,40
42	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM ILHÉUS	3	R\$ 58,22	R\$ 174,66	6	R\$ 1.047,96
43	Manutenção preventiva em split de	6	R\$ 63,67	R\$ 382,02	6	R\$ 2.292,12

	18.000 BTUs na PRM ILHÉUS					
44	Manutenção preventiva em split de 22.000 BTUs na PRM ILHÉUS	1	R\$ 68,75	R\$ 68,75	6	R\$ 412,50
SUBTOTAL PRM ILHÉUS				R\$ 1.080,97		R\$ 6.485,82
45	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM IRECÊ	9	R\$ 58,22	R\$ 523,98	6	R\$ 3.143,88
SUBTOTAL PRM IRECÊ				R\$ 523,98		R\$ 3.143,88
46	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM JEQUIÉ	5	R\$ 57,20	R\$ 286,00	6	R\$ 1.716,00
47	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM JEQUIÉ	2	R\$ 58,22	R\$ 116,44	6	R\$ 698,64
48	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM JEQUIÉ	8	R\$ 63,67	R\$ 509,36	6	R\$ 3.056,16
SUBTOTAL PRM JEQUIÉ				R\$ 911,80		R\$ 5.470,80
49	Manutenção preventiva em split ou tipo janela de 12.000 BTUs na PRM PAULO AFONSO	7	R\$ 58,22	R\$ 407,54	6	R\$ 2.445,24
50	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM PAULO AFONSO	8	R\$ 63,67	R\$ 509,36	6	R\$ 3.056,16
SUBTOTAL PRM PAULO AFONSO				R\$ 1.319,34		R\$ 5.501,40
51	Manutenção preventiva em split ou tipo janela de 12.000 BTUs na PRM TEIXEIRA DE FREITAS	10	R\$ 58,22	R\$ 582,20	6	R\$ 3.493,20
SUBTOTAL PRM TEIXEIRA DE FREITAS				R\$ 582,20		R\$ 3.493,20
52	Manutenção preventiva em split de 7.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	1	R\$ 55,14	R\$ 55,14	6	R\$ 330,84
53	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	5	R\$ 57,20	R\$ 286,00	6	R\$ 1.716,00
54	Manutenção preventiva em split ou tipo janela de 12.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	4	R\$ 58,22	R\$ 232,88	6	R\$ 1.397,28
55	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	6	R\$ 63,67	R\$ 382,02	6	R\$ 2.292,12
56	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA	1	R\$ 85,40	R\$ 85,40	6	R\$ 512,40

	CONQUISTA				
SUBTOTAL PRM VITÓRIA DA CONQUISTA				R\$ 1.041,44	R\$ 6.248,64
TOTAL GERAL					R\$ 85.831,30

4) SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

ITEM	SERVIÇO	U.M.	QUANT ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL R\$
1	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 7.000 ou 7.500 BTUs em unidades de renovação de ar de 10HP, 5HP ou 8HP ou exaustor de 2CV	UN	4	R\$ 56,56	R\$ 226,25
2	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 9.000 BTUs	UN	15	R\$ 56,59	R\$ 848,78
3	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split ou tipo janela de 12.000 BTUs	UN	20	R\$ 52,25	R\$ 1.044,93
4	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 18.000 BTUs	UN	20	R\$ 62,78	R\$ 1.255,50
5	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 21.000 ou 22.000 BTUs	UN	3	R\$ 53,60	R\$ 160,80
6	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 24.000 BTUs	UN	4	R\$ 65,27	R\$ 261,09
7	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 30.000 BTUs	UN	3	R\$ 76,46	R\$ 229,38
8	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 36.000 BTUs	UN	3	R\$ 100,48	R\$ 301,44
9	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 48.000 BTUs	UN	3	R\$ 124,42	R\$ 373,25
10	Manutenção Corretiva – VRF 9.000 BTUs ou 9.600 BTUs ou 1,0HP	UN	8	R\$ 31,18	R\$ 249,45
11	Manutenção Corretiva – VRF 13.600 BTUs ou 13.648 BTUs ou 14.400 BTUs ou 1,5HP	UN	4	R\$ 34,99	R\$ 139,97
12	Manutenção Corretiva – VRF 15.500 BTUs ou 2,0HP ou 2HP	UN	3	R\$ 34,99	R\$ 104,98
13	Manutenção Corretiva – VRF 19.000 BTUs ou 19.100 BTUs ou 19.200 BTUs ou RCI 2,5 SET FREE ou 2,5HP	UN	4	R\$ 42,77	R\$ 171,07
14	Manutenção Corretiva – VRF 24.000 BTUs ou 27.200 BTUs ou 3,0H	UN	4	R\$ 50,54	R\$ 202,17
15	Manutenção Corretiva – VRF 32.000 BTUs ou 36.200 BTUs ou 4,0H	UN	2	R\$ 54,43	R\$ 108,86
16	Manutenção Corretiva – VRF 45.300 BTUs ou 48.000 BTUs ou 5,0HP	UN	3	R\$ 54,43	R\$ 163,29
17	Manutenção Corretiva – VRF 81.600 BTUs ou 9,0HP	UN	2	R\$ 54,43	R\$ 108,86
18	Manutenção Corretiva – VRF 95.600 BTUs ou 96.000 BTUs ou 10,00HP ou inicial RAS10, RAS12 ou RAS8 Hitachi	UN	5	R\$ 69,98	R\$ 349,92

STE FREE				
TOTAL GERAL				R\$ 6.300,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso a fiscalização conclua que o defeito verificado decorre de manutenção preventiva inadequada, não haverá pagamento pelo serviço de manutenção corretiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os postos e serviços discriminados nas tabelas acima serão ativados, de acordo com a necessidade administrativa, só sendo devido o pagamento a eles referentes quando da efetiva prestação do serviço:

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE se darão pelo disposto no capítulo 10 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

A repactuação do contrato se dará pelo disposto no capítulo 12 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, de 05/05/2022 a 04/05/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A apresentação de garantia contratual se dará pelo disposto no capítulo 14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

A utilização do instrumento para gerenciamento de riscos Conta-Depósito Vinculada se dará pelo disposto no capítulo 21 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União para o Ministério Público da União, na categoria econômica Despesas Correntes, Elemento de Despesa 3.3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), do Programa de Trabalho 03.062.0581.4264.0001.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho nº 2022NE000149, de 29/04/2022, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, à conta das dotações orçamentárias especificadas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO

É admissível recurso aos atos da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva ciência, conforme previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

A eventual imposição de sanções administrativas à CONTRATADA se dará pelo disposto no capítulo 19 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARAGRAFO SEGUNDO – A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao Contrato, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; e
- c) judicial, nos termos da legislação.

PARAGRAFO TERCEIRO – A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO – De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: a) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão; b) pagamento do custo de desmobilização.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso o quantitativo especificado pela Contratada para a execução dos serviços seja inferior ao estimado pela administração e estes não sejam executados nos termos fixados na Seção 1, Subseção 1, do Termo de Referência, será imposta à Contratada multa no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor a que faria jus no mês da falta cometida.

PARÁGRAFO SEXTO – A rescisão, precedida do devido processo legal, poderá acarretar a retenção de créditos, até o limite dos prejuízos causados à Administração. Em caso de rescisão de Contrato em que remanesçam obrigações da CONTRATADA para com os empregados envolvidos na prestação dos serviços, a retenção de créditos poderá ser realizada para possibilitar o pagamento direto aos empregados da CONTRATADA, conforme autorização constante deste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VALIDADE

Este Contrato somente terá validade depois de publicado seu extrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o Artigo 20, de Decreto nº 3.555, de 08/08/2000.

PARÁGRAFO ÚNICO – Incumbirá à CONTRATANTE à sua conta e no prazo estipulado no art. 20 do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, a publicação do extrato deste Contrato e dos eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Salvador/BA para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado e assinado eletronicamente pelas partes.

Salvador/BA, data da assinatura eletrônica.

(CONTRATANTE)

(CONTRATADA)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-BA-00032377/2022 TERMO DE CONTRATO**

Signatário(a): **FREDERICO GUILHERME PENALVA MATTOS**

Data e Hora: **03/05/2022 12:57:05**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARCOS DENES DA SILVA NEIVA**

Data e Hora: **04/05/2022 10:02:42**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 91e24694.74581c16.10600700.4a0de9b3

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069
 Nº 84, quinta-feira, 5 de maio de 2022

I - PÙrevenda corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - PÙvenda corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - C11 corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - C12 corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e

X - P corresponde ao produtivo.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "C11" e "C12" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE
 Chefe

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA
 DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA
 COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2022 - UASG 370004 - CGCOF/DGI/SE/CGU

Nº Processo: 00190.102372/2022-01.

Pregão Nº 11/2021. Contratante: COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO.

Contratado: 06.064.175/0001-49 - AIRES TURISMO LTDA. Objeto: Contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, seguro, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea internacional, conforme condições, quantidades e exigências constantes no termo de referência, anexo do edital..

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 02/08/2022 a 02/08/2023. Valor Total: R\$ 1.559.402,76. Data de Assinatura: 04/05/2022.

(COMPASNET 4.0 - 04/05/2022).

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 33/2021

Processo: 19.00.6180.0001233/2022-26. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: VERTICAL EMPRESA DE VIGILÂNCIA EIRELI. CNPJ: 03.602.646/0001-37. Finalidade: I - Incluir a Cláusula Dezenove ao Contrato CNMP nº 33/2021, para adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP); e II - Repactuar os valores contratuais, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2022, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022 do SINDESV/DF, registrada no MTE sob o nº DF000101/2022, retificada por meio do Termo Aditivo com registro no MTE de nº DF000103/2022. Valor do Termo: R\$ 118.089,63 (cento e dezoito mil, oitenta e nove reais e sessenta e três centavos). Data de Assinatura: 3/5/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.37.03 (Vigilância ostensiva). Nota de Empenho: 2022NE000088. Signatário da Contratante: MATEUS WILLIG ARAUJO, CPF nº XXX.487.651-XX. Signatário da Contratada: MIRIAM RUBIA SANTOS, CPF nº XXX.671.666-XX.

EXTRATE DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 26/2021

Processo: 19.00.6300.0000455/2022-26. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: IOS INFORMÁTICA, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS LTDA. CNPJ: 38.056.404/0001-70. Finalidade: I - Incluir a Cláusula Dezoito ao Contrato CNMP nº 26/2021, para adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP); e II - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP nº 26/2021 por 12 (doze) meses, compreendendo o período entre 29/7/2022 e 29/7/2023, nos termos previstos na Cláusula Quinta do instrumento original. Valor do Termo: R\$ 52.860,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais). Data de Assinatura: 3/5/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.40.07 (Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares). Nota de Empenho: 2022NE000132. Signatário da Contratante: MATEUS WILLIG ARAUJO, CPF nº XXX.487.651-XX. Signatário da Contratada: MARCELO VON COLLEN MULLER THOME TORRES, CPF nº XXX.819.557-XX.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 17/2021

Processo: 19.00.6160.0007441/2021-38. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: TK ELEVADORES BRASIL LTDA. CNPJ: 90.347.840/0006-22. Finalidade: I - Incluir a Cláusula Dezoito ao Contrato CNMP nº 17/2021, para adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP); e II - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP nº 17/2021 por 12 (doze) meses, compreendendo o período entre 2/6/2022 e 2/6/2023, nos termos previstos na Cláusula Quinta do instrumento original. Valor do Termo: R\$ 27.130,00 (vinte e sete mil, cento e trinta reais). Data de Assinatura: 4/5/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.39.17 (Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos). Nota de Empenho: 2022NE000095. Signatário da Contratante: MATEUS WILLIG ARAUJO, CPF nº XXX.487.651-XX. Signatário da Contratada: MICHELLE MAGALHÃES DA SILVA, CPF nº XXX.033.966-XX; e BRUNO NUNES DA SILVA, CPF nº XXX.166.390-XX.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Secretaria-Geral

Espécie: Convênio nº CONV 012/2022. Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA MPDFT nº 08191.019627/2022-60. CONVENIENTES: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, CNPJ: 26.989.715/0002-93; e BANCO DAYCOVAL S/A, designado BANCO, CNPJ: 62.232.889/0001-90. Objeto: concessão de empréstimos pelo BANCO, mediante consignação em folha de pagamento, a membros e servidores ativos e aposentados, e pensionistas do MPDFT, de acordo com a legislação em vigor. Vigência: 3/5/2022 a 2/5/2024. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; BANCO: FABIO HIDEKI YAMAGURO, Superintendente, e NILO CAVARZAN, Diretor. Data de assinatura: MPDFT: 27/4/2022; BANCO: 3/5/2022.

ASS WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
 CAR Secretário-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2021

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2021, firmado em 03/05/2022 com a empresa ELEMENTHAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI, CNPJ nº 19.425.460/0001-90; Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato pelo período de 40 (quarenta) dias, contado de 07/05/2022 a 15/06/2022; Fundamento legal: inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993; Processo: MPF/PRR-1ª Região nº 1.01.000.000499/2020-14; Signatários: pela Contratante, Pedro Henrique Rodrigues de Camargo Dias e, pela Contratada, Rômulo Messias de Oliveira Neckel.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2/2022

CONVENIENTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região - PRR/3ª Região, sediada à Av. Brigadeiro Luís Antonio, 2020, regida pelo CNPJ 26.989.715/0058-48 e a FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com endereço à Rua Coronel Genuíno, 421, Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90010-350 mantenedora da FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com endereço à Rua Coronel Genuíno, 421, 6º andar, Centro, Porto Alegre/SP, CEP 90010-350, ambas inscritas sob o CNPJ nº 90.090.762/0001-19. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data da assinatura: 03 de maio de 2022 - Dra. Rosane Cima Campiotto (Excelentíssima Procuradora-Chefe da PRR/3ª Região) e pelo Sr. Gilberto Thums, Representante Legal e Diretor da Faculdade. PRR da 3ª Região

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 3/2022

CONVENIENTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região - PRR/3ª Região, sediada à Av. Brigadeiro Luís Antonio, 2020, regida pelo CNPJ 26.989.715/0058-48 e a UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA, inscrita no CNPJ nº 88.630.413/0001-09, com endereço à Av. Ipiranga, 6681, Partenon, Porto Alegre/RS, CEP 90.610-001 mantenedora da PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - CAMPUS POA, inscrita no CNPJ nº 88.630.413/0002-81, com endereço à Av. Ipiranga, 6681, Partenon, Porto Alegre/SP, CEP 90610-001, Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data da assinatura: 03 de maio de 2022 - Dra. Rosane Cima Campiotto (Excelentíssima Procuradora-Chefe da PRR/3ª Região) e pela Sra. Raquel Araújo Bernardon, Vice-Presidente da FIJO - Fundação irmão José Otão, mandatária da Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul para a gestão de estágios, inscrita sob o nº 88.483.276/0001-16, com endereço a Av. Ipiranga, 6681, Prédio 2, Porto Alegre/RS. PRR da 3ª Região

SECRETARIA REGIONAL
 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2022 - UASG 200204

Nº Processo: 000737/2021-06. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais civis e hidráulicos destinados para uso da Procuradoria Regional da República da 3ª Região. Total de Itens Destinados: 29. Edital: 05/05/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Brigadeiro Luis Antonio, 2020 - Bela Vista, Bela Vista - São Paulo/SP ou <https://www.gov.br/compras/edital/200204-5-00005-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 05/05/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 19/05/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

SUELY SANTOS SILVA
 Pregoeira

(SIASGnet - 03/05/2022) 200100-00001-2022NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL - PRDF e a FACULDADE EDUCAMAI. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 ano(s). Data e assinatura: 04/05/2022. ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA, PROCURADORA-CHEFE DA PRDFENELSON BONI, DIRETOR. Processo Administrativo: 1.16.000.002235/2022-34. Representante da Unidade Gestora

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2022

Espécie: Contratação de empresa para fornecimento, instalação e remanejamento (montagem e desmontagem) de divisórias especiais nas dependências da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF), firmado entre a União, por intermédio da PR/DF, e a empresa LOVATH MOBILIÁRIO E DIVISÓRIA LTDA. Vigência: 04/05/2022 a 03/05/2023. Data de Assinatura: 04/05/2022. Fundamento Legal: Lei n. 10.520/2002, na Lei Complementar n. 123/2006, nos Decretos n. 7.892/2013, n. 8.538/2015, 10.024/2019, subsidiariamente na Lei n. 8.666/1993. Processo: 1.16.000.002000/2022-42. Cobertura Orçamentária: Elemento: 33.90.39.16 Atividade: 03062058142640001. Valor Global: R\$ 21.672,00 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e dois reais). Signatários: pela Contratante, Israel Pereira Coelho, Secretário Estadual; e, pela Contratada, Hallisson de Oliveira Nascimento, representante legal.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2022

Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República na Bahia, (CNPJ: 26.989.715/0010-01) e a empresa TAFE ENGENHARIA LTDA (CNPJ: 12.859.652/0001-65). Objeto: prestação de serviços continuados de manutenção dos sistemas de climatização e condicionadores de ar instalados nas unidades da capital e do interior do estado da Bahia, do Ministério Público Federal na Bahia, com fornecimento de mão de obra residente na capital e fornecimento de peças e componentes mediante ressarcimento, na forma da legislação tributária e demais normas que regem a matéria. Valor global estimado anual: R\$ 21.789,73. PGEA: 1.14.000.000433/2022-38. Vigência: de 05/05/2022 a 04/05/2023. Elemento de Despesa: 33.90.39 Modalidade: Pregão eletrônico. Data de assinatura: 04/05/2022. Assinam: Frederico Guilherme Penalva Mattos, pela contratante, e Marcos Denes da Silva Neiva, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2019 - MPF/ES Ref.: PGEA 1.17.000.000604/2022-17. Locatária: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo (CNPJ 26.989.715/0013-46) e da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região (CNPJ: 26.989.715/0048-76). Locador: SANDRO LOVATE FARDIN (CPF 022.831.187-00). Objeto: ALTERAR o índice e a data base de reajuste, além de REAJUSTAR o valor da locação. O valor locatício mensal será reajustado anualmente, contando o prazo a partir de 1º de Abril de 2022, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE. A partir de 1º de Abril de 2022, o valor da locação passa a ser de R\$ 16.643,53 (dezoisess mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos). Data da Assinatura: 04/05/2022. Assinam: EDMAR GOMES MACHADO, Procurador-Chefe do MPF/ES e ESTANISLAU TALLON BÓZI, Procurador-Chefe do MPT/ES, ambos pela locatária e SANDRO LOVATE FARDIN, locador.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

AVISO DE PENALIDADE

PA nº 1.21.000.001472/2021-37.

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, designado pela Portaria PGR nº 994, de 27/09/2019, e em conformidade com as atribuições definidas no Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria SG nº 382 de 05/05/2015, alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45 de 30/01/2019, decide aplicar à empresa a RAKIA SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA, CNPJ nº 23.495.961/0001-10, a penalidade de suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul pelo prazo de 16 (dezoisess) meses, com fundamento no inciso III do artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993, c/c o inciso II do Parágrafo Vigésimo Primeiro da Cláusula Vigésima Quinta do Contrato PR/MS nº. 05/2020, c/c o art. 2º, inciso III, e art. 15, inciso VII, ambos da IN SG/MPF nº. 2/2020, pela inexecução total da 2020NE000484. Data da decisão: 19/04/2022.

SÍLVIO PETTENGILL NETO
Procurador-Chefe

AVISO DE PENALIDADE

PA nº 1.21.000.001472/2021-37.

A Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, designada pela Portaria PRMS nº 171, de 05/12/2013, e em conformidade com as atribuições definidas no Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria SG nº 382 de 05/05/2015, decide aplicar à empresa RAKIA SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA, CNPJ nº 23.495.961/0001-10, a penalidade de MULTA COMPENSATÓRIA pela INEXECUÇÃO TOTAL do contrato, prevista no Art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Vigésima Quinta, Parágrafo Quinto, do Contrato PR-MS nº 05/2020, no valor de R\$ 23.753,70 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), que correspondente a 20% (dez por cento) do valor total da contratação (2020NE000484). Concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de pedido de reconsideração e recurso, a contar da intimação sobre esta decisão, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "f" da Lei nº 8.666/93. Data da decisão: 5/04/2022.

ROSIANE FUCHS LAGEANO NOGUEIRA
Secretária Estadual Substituta

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, e o CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL - UNIBRASIL. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03/05/2022 a 02/05/2025. Data de assinatura: 03 de maio de 2022. Dr. Daniel Holzmann Coimbra, Procurador-Chefe, pela PR/PR e Sr. Alessandro Paulo Kinal, pela UNIBRASIL. Processo Administrativo 1.25.000.001409/2022-32

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Contrato Nº 3/2021, Publicado no DOU em: 09/06/2021, Edição: 106, Seção 3, Página 119. ONDE SE LÊ: processo de Contratação nº 1.32.000.000252/2020-2; LEIA-SE: processo de Contratação nº 1.32.000.000244/2021-66; e ONDE SE LÊ: Valor Global estimado do contrato: R\$ 168.398,40 (cento e sessenta e oito mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos). Valor mensal do contrato: R\$ 2.806,64; LEIA-SE: Valor Global estimado do contrato: R\$ 168.506,40 (cento e sessenta e oito mil quinhentos e seis reais e quarenta centavos). Valor mensal do contrato: R\$ 2.808,44 (dois mil oitocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos).

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2018. CONTRATANTES: União por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa Master Vigilância Especializada SS Ltda. OBJETO: Prorrogação contratual por mais 12 meses e repactuação pela CCT 2022. VALOR MENSAL: 22.980,18 (vinte e dois mil e novecentos e oitenta reais e dezoito centavos). Vigência: 01/10/2018 a 30/09/2023. Data e assinatura: 28 de abril de 2022, Maximiliano Eller pela Contratante e Tacio Cezar Neves de Miranda pela contratada

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2022

ESPÉCIE: Contrato nº 21/2022; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.004332/2022-33; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: ATENAS ELEVADORES LTDA. , CNPJ: 10.658.360/0001-39; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 04/2022, Lei nº 8.666/1993; PROCESSO PR-SP/SLDE: 1.34.001.008122/2021-33; OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, não incluídos as peças e componentes de reposição, que serão pagos à parte, para atendimento à Procuradoria da República no Município de Piracicaba; VIGÊNCIA: 01/08/2022 a 31/07/2023; VALOR GLOBAL ANUAL: R\$ 2.340,00 (dois mil e trezentos e quarentas reais); PROGRAMA DE TRABALHO: 03062003142640001; ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39-16; EMPENHO: 2021NE000233 de 12/04/2022; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: WILLIAM GONÇALVES DA SILVA; DATA DA ASSINATURA: 04/05/2022.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

AVISO DE PENALIDADE

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Tocantins, no uso das atribuições legais e com amparo no art. 58, IV e art. 87, I, da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público, aplicação da penalidade de impedimento de Licitar e Contratar com a União, pelo prazo de 6 (seis) meses à empresa RAKIA RAKIA SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.495.961/0001-10. A penalidade decorre pela inexecução total do Contrato nº 8/2020, PGEA CONTRATO: 1.36.000.000513/2020-64 e PGEA de APURAÇÃO: 1.36.000.000233/2021-37.

GEORGE NEVES LODDER

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e a Universidade Positivo - UP, publicado no Diário Oficial da União nº 83, Seção 3, de 4.5.22, pág. 154, onde se lê: "Vigência: 03/05/2021 a 02/05/2024", leia-se: "Vigência: 03/05/2022 a 02/05/2025".

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato 09/2022. Contratante: UNIÃO, por meio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria-Geral. Contratada: DELL COMPUTADORES DO BRASIL S.A., matriz: CNPJ 72.381.189/0001-10, filial: CNPJ 72.381.189/0010-01 Objeto: fornecimento de sistemas de armazenamento de dados do tipo Storage para o MPT, com serviço de manutenção e assistência técnica na modalidade on site. Valor total: R\$ 1.598.430,00. Programa/Atividade 03.062.0031.4262.0001. Elemento de Despesa 44.90.52-43. Nota de Empenho Ordinário 2022NE000214, de 27/04/2022, no valor de R\$ 1.598.430,00. PGEA 20.02.0001.0004274/2022-35. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002, Lei 8.666/1993 e demais normas federais que regem a matéria. Vigência: 12 meses, a contar da assinatura, sem possibilidade de prorrogação. Data de Assinatura: 04/05/2022. Signatários: Pela Contratante, Teresa Cristina Aires de Assis. Pela Contratada, Alessandro Mello de Sousa.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Processo PRT 1ª Região PGEA nº 20.02.0100.0000595/2022-10. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2020, que tem como objeto a prestação de serviços continuados de vigilância armada, escalas 44h e 12x36h semanais, nas dependências da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região e das Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Volta Redonda, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Cabo Frio, Niterói, Petrópolis e Itaguaí. Contratada: SEGIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 40.170.029/0001-36. Objeto: alterar as Cláusulas Segunda e Sexta do instrumento original, que tratam, respectivamente, do Valor e da Garantia. Fundamento Legal: art.57, inciso II da Lei nº 8666/1993. Data da Assinatura: 02/05/2022. Signatários: Dr. João Batista Berthier Leite Soares, Procurador-Chefe, pela Contratante, Gilson Pinto Corrêa, Sócio Administrador.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Processo PRT 1ª Região PGEA nº 20.02.0100.0000597/2022-53. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2021, que tem como objeto a prestação dos serviços de vigilância armada, escala 12x36h, nas dependências da SEDE e ANEXO I da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, bem como para as Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Petrópolis e Volta Redonda. Contratada: SEGIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 40.170.029/0001-36. Objeto: alterar as Cláusulas Segunda e Sexta do instrumento original, que tratam, respectivamente, do Valor e da Garantia. Fundamento Legal: art.57, inciso II da Lei nº 8666/1993. Data da Assinatura: 02/05/2022. Signatários: Dr. João Batista Berthier Leite Soares, Procurador-Chefe, pela Contratante, Gilson Pinto Corrêa, Sócio Administrador.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2022

Contratante: União, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. Contratada: A POTENCIA COMERCIO DE EXTINTORES LTDA. CNPJ: 12.080.730/0001-29. Processo: 20.02.0302.0073/2022-16. Objeto: Recarga de extintor de incêndio -PTM Juiz de Fora. Fundamento Legal: Lei 14.133/21, artigo 75, inciso II. Elementos de despesa: 33.90.30 - 04 - GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS. Valor: R\$ 210,00 (Duzentos e dez reais). Ratificação em 29/04/2022, pelo Dr. Arlêlio de Carvalho Lage, Procurador-Chefe.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção dos sistemas de climatização e condicionadores de ar instalados nas unidades da capital e do interior do estado da Bahia, do Ministério Público Federal na Bahia, com fornecimento de mão de obra residente na capital e fornecimento de peças e componentes mediante ressarcimento, na forma da legislação tributária e demais normas que regem a matéria.

2 – JUSTIFICATIVAS

2.1 Da contratação

De acordo com o art. 1º da lei nº 13.589/2018, todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

A referida lei ainda informa que os sistemas de climatização e seus Planos de Manutenção, Operação e Controle - PMOC devem obedecer a parâmetros de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, em especial no que diz respeito a poluentes de natureza física, química e biológica, suas tolerâncias e métodos de controle, assim como obedecer aos requisitos estabelecidos nos projetos de sua instalação.

Ademais, a retromencionada lei ainda define manutenção como as atividades de natureza técnica ou administrativa destinadas a preservar as características do desempenho técnico dos componentes dos sistemas de climatização, garantindo as condições de boa qualidade do ar interior.

Ainda nesse sentido, como o órgão possui contratos de terceirização que levam à prestação de serviços por funcionários vinculados à Consolidação das Leis do Trabalho, os chamados celetistas, é obrigatório, para estes casos, o atendimento à NR17 do Ministério do Trabalho, que recomenda no tópico 17.5.2, "a", que o índice de temperatura onde são executadas atividades que exijam solicitação intelectual e atenção constantes, tais como: salas de controle, laboratórios, escritórios, salas de desenvolvimento ou análise de projetos, dentre outros, as seguintes condições de conforto:

- a) níveis de ruído de acordo com o estabelecido na NBR 10152, norma brasileira registrada no INMETRO;
- b) índice de temperatura efetiva entre 20°C (vinte) e 23°C (vinte e três graus centígrados);
- c) velocidade do ar não superior a 0,75m/s;
- d) umidade relativa do ar não inferior a 40 (quarenta) por cento.

Ocorre que o atual contrato de manutenção dos sistemas de climatização e condicionadores de ar instalados nas unidades do Ministério Público Federal na Bahia completará 12 (doze) meses de vigência neste mês e houve manifestação contrária à sua prorrogação, o que impede a continuidade da avença.

Sendo assim, não resta outra opção que não seja a realização de nova contratação para a execução dos serviços de manutenção.

Os serviços consistem na realização de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e aparelhos de ar condicionado instalados nas unidades do Ministério Público Federal na Bahia, por meio de elaboração de um PMOC e execução do mesmo por profissionais devidamente capacitados.

2.2 Dos quantitativos

O sistema de climatização do Edifício possui 235 (duzentos e trinta e cinco) evaporadoras e 28 (vinte e oito) condensadoras no sistema central de climatização do Edifício-Sede e mais 8 condicionadores do tipo split, além de 243 (duzentos e quarenta e três) controles remotos, 4.858 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito) metros de tubulação frigorígena e 212 (duzentos e doze) quilogramas de gás refrigerante Freon R410A.

Ainda nesse sentido, informamos o seguinte:

- a) o tipo de manutenção a ser realizado requer a execução de serviços por profissionais acompanhados, visto que parte dos serviços é realizado com uso de escada e outra parte requer apoio para a adequada execução;
- b) o horário de funcionamento do Edifício-Sede é superior à jornada de trabalho definida pelo art. 58 do decreto-lei nº 5.452/1943;
- c) é necessário atendimento imediato de equipamentos defeituosos, tendo em vista inclusive o risco de perda de processos por conta de queda de água condensada dos condicionadores;
- d) o sistema do Edifício-Sede demonstra-se complexo e com idade de 11 (onze) anos, portanto igual à máxima vida útil prevista para estes equipamentos pela Instrução Normativa nº1.700/2017, da Receita Federal do Brasil,

Sendo assim, propõe-se a contratação de dois postos fixos de técnico de refrigeração, para atuar no edifício-sede e para coordenar o serviço técnico do interior remotamente e a execução de manutenção preventiva bimestral nas PRMs conforme quantitativo detalhado no tópico 4.6 e a prestação de serviço de responsável técnico pelo técnico residente. Nas PRMs de Barreiras e Feira de Santana as manutenções serão realizadas na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos equipamentos a cada mês.

Com relação às manutenções corretivas, informamos que o quantitativo de ocorrências registradas no sistema usado para controle das manutenções, o ESAV, e também no e-mail, indica uma baixa frequência de ocorrências desses eventos nas unidades do interior do estado, o que apontou a desnecessidade de inclusão de postos fixos nas PRMs.

2.3 Do caráter contínuo da contratação

Há a necessidade de que a contratação ultrapasse o exercício financeiro devido aos seguintes motivos:

- a) os serviços têm caráter essencial, visto que a lei nº 13.589/2018 o tornou obrigatório, além de permitir o adequado funcionamento das edificações, garantindo-se assim a manutenção das condições mínimas de conforto técnico;
- b) necessidade permanente, sob pena de comprometer a prestação do serviço público, visto que as edificações do Ministério Público Federal, embora bem preparadas, foram projetadas para uso com ar condicionado, sendo que existem ambientes, como, por exemplo, as recepções dos andares do Edifício-Sede, que sequer tem disponibilidade de ventilação natural direta, o que pode comprometer a adequada prestação do serviço público;

c) sua interrupção poderá comprometer o funcionamento das atividades ou a integridade do patrimônio público, visto que sem ar condicionado a temperatura externa, que é relativamente alta na Bahia, acabará por aquecer os locais de trabalho, dificultando a prestação do serviço público; e

d) a contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, visto que, caso o serviço venha sendo realizado satisfatoriamente, após cumprir-se os critérios estabelecidos pela lei 8.666/93, é provável que seja mais vantajosa a renovação da contratação.

Ademais, O objeto desta contratação é considerado serviço de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XXXIII da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, in verbis:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

XXXIII. Manutenção de sistema de ar condicionado.

2.4 Do alinhamento ao Planejamento Estratégico

A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (2011-2020), principalmente no que tange aos seguintes Objetivos Estratégicos:

Objetivo 14: Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura.

Descrição: visa instrumentalizar a estrutura da Instituição para proporcionar uma atuação que atinja o máximo de resultados com os recursos do MPF. A adequação da estrutura deve observar os seguintes critérios:

“e) prédios adequados às atividades e dotados de acessibilidade universal.”

2.5 Dos Atestados de Capacidade Técnica

A exigência de atestado de capacidade técnica visa comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, devendo, desse modo, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.

Há, ainda, a necessidade de verificar se o responsável técnico ou a equipe técnica vinculada à empresa possui capacidade de realizar os serviços de manutenção sem que ato de imperícia venha causar danos às instalações ou redução de sua vida útil, em total oposição à pretensão do contrato que é de manter os sistemas em plenas condições de funcionamento e também de prolongar o tempo de vida útil dos mesmos.

2.6 Do enquadramento do objeto a ser contratado

Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

2.7 Das ações afirmativas e das cotas sociais

Como o contrato prevê a contratação de apenas dois postos de serviços e a execução das atividades compreende a movimentação de condensadoras de ar condicionado com peso superior a 25 (vinte e cinco quilogramas), verifica-se que a manutenção do equilíbrio entre homens e mulheres em concordância com o quanto dispõe o “Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres – 2013-2015”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da

República colime com o art. 390 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), uma vez que o artigo limita o peso a ser erguido pela mulher a 25 (vinte e cinco quilogramas), o que é inferior ao peso de parte das condensadoras que passarão por manutenção.

Assim sendo, não foi possível exigir a contratação de um número mínimo de mulheres.

Como as atividades serão exercidas por apenas dois postos de serviço, não é possível se exigir a adoção de cotas raciais no contrato pois estas são exigidas quando o contrato passa de 4 (quatro) funcionários.

2.8 Do agrupamento em lote

Os serviços foram agrupados em lotes por serem da mesma natureza e guardarem relação entre si e considerando que os potenciais interessados em fornecer os itens agrupados são os mesmos, indo ao encontro do que preceitua o TCU nos Acórdãos 5.260/2011-TCU -1ª Câmara e Acórdão n.º 1620/2010-TCU Plenário, respectivamente.

O agrupamento também permite o aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento do contrato, pois neste caso, não seria conveniente e oportuno a prestação desses serviços por diversos contratados, considerando que lidar com um único ou poucos prestadores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão 861/2013-TCU Plenário). Além disso, o agrupamento proporciona maior atratividade do certame aos fornecedores por conta da possibilidade de maior ganho e, em consequência, aumento dos participantes gerando maior competitividade.

ACÓRDÃOS E NORMATIVOS DO TCU ACERCA DO TEMA:

Os serviços agrupados são da mesma natureza e guardam relação entre si (Acórdão 5.260/2011-TCU -1ª Câmara);

Maior economia em escala. "Deve o gestor atentar-se para que o parcelamento seja realizado somente em benefício da Administração. Divisão do objeto que não observe economia de escala poderá produzir efeito contrário, ou seja, aumento de preços" (Licitações & Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª edição revista, ampliada e atualizada, p. 226, Brasília, 2010);

Os potenciais interessados em prestar os itens agrupados são os mesmos (Acórdão n.º 1620/2010-TCU Plenário).

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1 Da forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

3.2 O objeto e sua execução compreendem:

3.2.1 Prestação de serviços de manutenção dos sistemas de climatização, condicionadores de ar instalados nas unidades do Ministério Público Federal na Bahia.

3.3 Da descrição dos Serviços:

I – o serviço será executado mediante a realização de manutenções preventivas e corretivas, sendo que a prestação do serviço no Edifício-Sede será realizada por posto fixo e nas PRMs por prestação de serviço. II – todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, sendo considerados como materiais de consumo aqueles de pequeno valor e que sejam consumidos à primeira utilização, tais como estopas e desengripantes

usados para manutenção das ferramentas e equipamentos da própria contratada, bem como aqueles necessários à elaboração de relatórios, serão fornecidos pela contratada. Os demais materiais de consumo necessários à execução dos serviços deverão ser informados à fiscalização dentro do primeiro mês de execução do contrato ou sempre que se verificar a sua necessidade, mas com a antecedência necessária para a aquisição dos mesmos;

III – todos os materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço que não sejam peças ou materiais de reposição, tais como andaimes, recuperadoras de gás, máquinas fotográficas, aparelhos celulares, ferramentas, escadas, carros de manutenção, serão fornecidos pela contratada;

IV – no Edifício-Sede o serviço será prestado por dois técnicos de refrigeração, ambos no regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo 40 (quarenta) horas de segunda a sexta-feira e 4 (quatro) horas aos sábados, podendo a fiscalização remanejar as 4 (quatro) horas aos sábados pelos demais dias da semana buscando a melhor prestação do serviço.

V – a empresa deverá prover assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas por meio de ao menos dois telefones celulares que deverão estar de posse de ao menos dois profissionais, sendo que cada aparelho deverá possuir instalado um aplicativo de mensagens gratuito e compatível com aplicativo de mensagem a ser informado pelo contratante.

VI – os chamados técnicos deverão ser atendidos em até 1 (uma) hora, quanto incorrer em risco ao patrimônio, 2 (duas) horas, quando ocorrer ruído ou odor anormal proveniente dos sistemas ou 4 (quatro) horas, quando implicar em não funcionamento parcial ou total do sistema ou de equipamento de climatização;

VII – os serviços serão realizados no interior ou no exterior de edificações, inclusive em altura superior a 2 (dois) metros, requerendo uso de andaimes e EPI específicos e

VIII – os serviços deverão ser acompanhados, supervisionados e controlados pelo responsável técnico pelos serviços, o qual deverá manter, durante toda a execução do contrato, comprovação de que já executou serviços similares ao contratado.

3.3.1 As especificações técnicas pormenorizadas do objeto desta contratação encontram-se no ANEXO A deste Termo de Referência.

3.4 Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.5 As seguintes recomendações do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF devem ser seguidas pela contratada:

3.5.1 No caso de instalação de equipamento novo, o serviço deve ser executado, preferencialmente, por empresa credenciada pelo fabricante. Caso a contratada não seja credenciada para instalação do equipamento novo pelo fabricante, a mesma deve assumir todas as obrigações relativas à garantia do aparelho instalado ou providenciar a instalação junto a uma empresa credenciada da fabricante, repassando ao órgão todos os documentos necessários ao exercício futuro da garantia;

3.5.2 A Contratada deve efetuar recolhimento e descarte de produtos eletroeletrônicos e seus componentes após utilização, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos (Lei nº 12.305/2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 33º, inciso VI):

a) Contratada deve recolher aparelhos ou componentes para descarte, bem como suas embalagens, no prazo máximo de 30 dias a contar da solicitação do Contratante;

- b) Contratada deve enviar o material recolhido ao fabricante ou empresa recicladora onde ocorrerá reciclagem ou descarte ambientalmente adequado;
- c) Contratada deve apresentar documentação comprobatória do descarte, emitida pelo fabricante ou empresa recicladora, onde obrigatoriamente constará: nome, endereço e telefone da empresa, destinação, data, hora e identificação do responsável. Na ausência justificada de documentação do fabricante ou empresa recicladora, a Contratada assume a obrigação de fornecer essas informações.

3.6 Da equipe técnica:

3.6.1 Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA alocará recursos humanos nas dependências do CONTRATANTE, nas categorias profissionais e quantidades constantes abaixo:

PROFISSIONAIS	POSTOS DE TRABALHO
Técnico de refrigeração	2
TOTAL	2

3.6.2 A carga horária a ser cumprida, de segunda a sexta-feira, pelos profissionais citados nesta cláusula anterior será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos compreendidos das 8h30 às 19h, respeitando o intervalo para almoço previsto na CLT ou em Acordos Trabalhistas vigentes, sendo a jornada de um dos técnicos das 8h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira e das 8h00 às 12h00 aos sábados, e das 10h00 às 19h00 para o outro técnico de refrigeração e das 8h00 às 12h00 aos sábados. Aos sábados serão realizados serviços de limpeza de máquinas de ar condicionado do tipo condensadora e outras atividades relativas ao sistema de climatização. Caso a fiscalização considere dispensável o serviço aos sábados em determinados dias ou períodos, o cumprimento integral da jornada de 44 horas semanais será realizado mediante acréscimo de 48 (quarenta e oito) minutos da jornada diária realizada de segunda a sexta-feira, para a compensação das horas não trabalhadas do sábado.

PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA
Técnico de refrigeração	44

3.6.2.1 Os turnos e horários descritos no parágrafo anterior poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho semanal previamente estabelecida, e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

3.6.2.2 É vedado à CONTRATADA duplicar a carga horária de trabalho regulamentar dos seus empregados.

3.6.2.3 O CONTRATANTE, poderá solicitar a prestação de serviços em dias e horários extraordinários, sempre que julgar necessário, devendo comunicar antecipadamente à CONTRATADA.

3.6.2.4 A frequência dos empregados da CONTRATADA será controlada por meio de equipamento de registro de ponto biométrico, disponibilizado pela CONTRATADA e alocado nas dependências do CONTRATANTE, compatível com a Portaria MTE nº 1.510/2009, alterada pela Portaria MTE nº 2.686/2012, os quais

deverão registrar o ponto diariamente, na entrada, no intervalo para refeição e na saída. Caso o equipamento permaneça em falha por mais de 48 horas, deverá ser providenciada sua substituição imediatamente.

3.6.2.4.1 Ainda que nesta contratação o número de postos seja inferior a 10 (dez), o registro de ponto será realizado por meio de ponto biométrico, assim como é realizado para todos os demais prestadores de serviço do órgão.

3.6.3 Da qualificação dos profissionais:

Para o exercício da profissão, os profissionais alocados pela CONTRATADA deverão preencher os seguintes requisitos:

3.6.3.1 Posto Técnico de refrigeração:

a) apresentação de certificado de conclusão de curso de técnico em refrigeração e climatização com carga horária mínima 600 (seiscentas) horas fornecido por escolas e cursos técnicos regulares nos sistemas de ensino e cadastradas no Ministério da Educação conforme dados disponibilizados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Em caso de substituição provisória deste profissional pelos motivos previstos na legislação trabalhista, não será necessária a apresentação deste certificado para o substituto, entretanto, caso a substituição ocorra em definitivo, por qualquer motivo, deverá ser apresentada a mesma documentação para o profissional substituto. Curso básico, necessário e essencial para o exercício da profissão de técnico de refrigeração;

b) apresentação de certificado de conclusão do curso de NR 10 (Norma Regulamentadora NR 10 do Ministério do Trabalho) – segurança em eletricidade – básico na modalidade presencial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas. O fornecimento do certificado poderá ocorrer em até 4 (quatro) meses após a publicação do contrato no diário oficial ou em até 4 (quatro) meses após substituição do funcionário por qualquer motivo. Curso básico para a execução dos serviços em eletricidade, conforme a Norma Regulamentadora NR10 do Ministério do Trabalho que define no tópico 10.8.8 determina que os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo III da NR. Como o referido curso é o curso de NR10 e como o profissional irá intervir na instalação elétrica do órgão para realizar as manutenções recomendadas pelo fabricante que inclusive informa no manual das máquinas condensadoras sobre a necessidade de verificação com megômetro do motor, é necessária a realização do curso. As normas regulamentadoras são compulsórias para trabalhadores vinculados à Consolidação das Leis do Trabalho, conforme inteligência do art. 157 do decreto-lei 5452/43 que informa que cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho. O curso de NR10 poderá ser aceito na modalidade a distância;

c) apresentação de certificado de conclusão do curso de treinamento para trabalho em altura – NR 35 (Norma Regulamentadora NR 35 do Ministério do Trabalho) na modalidade presencial, com

carga horária mínima de 8 (oito) horas. O fornecimento do certificado poderá ocorrer em até 4 (quatro) meses após a publicação do contrato no diário oficial ou em até 4 (quatro) meses após substituição do funcionário por qualquer motivo. O substituto do profissional durante o período de férias ou qualquer outro afastamento legal também deverá possuir o mesmo certificado, sendo que o fornecimento do certificado para estes casos deve ocorrer desde o primeiro dia de substituição. De acordo com o item 35.1.2 da NR35, é considerado trabalho em altura toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda. Como boa parte dos serviços é realizado em máquinas e tubulações em altura superior à definida em norma, como o art. 157 do decreto-lei 5452/43 que informa que cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho e, por corolário, como a única forma de se ter certeza de que os técnicos estão capacitados a cumprir a norma, observa-se a obrigatoriedade de realização deste treinamento. O curso de NR35 poderá ser aceito na modalidade a distância;

d) apresentação de certificado de conclusão do curso de Excel avançado na modalidade presencial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas. O fornecimento do certificado poderá ocorrer em até 4 (quatro) meses após a publicação do contrato no diário oficial ou em até 4 (quatro) meses após substituição do funcionário por qualquer motivo. O substituto do profissional durante o período de férias ou qualquer outro afastamento legal também deverá possuir o mesmo certificado, sendo que o fornecimento do certificado para estes casos deve ocorrer desde o primeiro dia de substituição. O curso de Excel avançado decorre da necessidade de o profissional realizar a supervisão dos serviços, inclusive controlando materiais e fazendo cotações de preços, característica singular do serviço que a empresa prestará ao órgão, pois o objetivo da contratação é de que seja prestado o serviço de controle de manutenção não só do Edifício-Sede, mas de todas as unidades do órgão no estado. O curso de Excel poderá ser aceito na modalidade a distância;

e) apresentação de certificado de conclusão do curso de fundamentos básicos em HVAC ministrado pelo fabricante do equipamento do Edifício-Sede, HITACHI, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas. O fornecimento do certificado poderá ocorrer em até 4 (quatro) meses após a publicação do contrato no diário oficial ou em até 4 (quatro) meses após substituição do funcionário por qualquer motivo. O substituto do profissional durante o período de férias ou qualquer outro afastamento legal também deverá possuir o mesmo certificado, sendo que o fornecimento do certificado para estes casos deve ocorrer desde o primeiro dia de substituição. O curso é essencial para garantir que os técnicos tenham a capacitação mínima necessária para atuar nos equipamentos de valor relativamente alto de propriedade do órgão, evitando-se assim prejuízo ao erário. O curso no fabricante decorre da necessidade de se garantir que os técnicos tenham de fato capacidade para a execução dos serviços nos equipamentos específicos do órgão, usando as técnicas minimamente necessárias a serem informadas pelo próprio fabricante.

f) apresentação de certificado de conclusão do curso de VRF-SET FREE SIGMA R-410 e CSNET-WEB ministrado pelo fabricante do equipamento do Edifício-Sede, HITACHI, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas. O fornecimento do certificado poderá ocorrer em até 4 (quatro)

meses após a publicação do contrato no diário oficial ou em até 4 (quatro) meses após substituição do funcionário por qualquer motivo. O substituto do profissional durante o período de férias ou qualquer outro afastamento legal também deverá possuir o mesmo certificado, sendo que o fornecimento do certificado para estes casos deve ocorrer desde o primeiro dia de substituição. O curso é essencial para garantir que os técnicos tenham a capacitação mínima necessária para atuar nos equipamentos de valor relativamente alto de propriedade do órgão, evitando-se assim prejuízo ao erário. O curso no fabricante decorre da necessidade de se garantir que os técnicos tenham de fato capacidade para a execução dos serviços nos equipamentos específicos do órgão, usando as técnicas minimamente necessárias a serem informadas pelo próprio fabricante.

g) experiência mínima de seis meses na função de técnico de refrigeração.

3.6.3.2 A substituição, por qualquer motivo, dos profissionais deverá ser realizada por pessoa com no mínimo o preenchimento das obrigações dos itens “a” e “g” do tópico 3.6.3.1 quando a substituição durar até 60 (sessenta) dias ou todos os itens do tópico 3.6.3.1 caso o prazo de substituição supere os 60 (sessenta) dias.

3.6.3.3 Os cursos da fabricante do equipamento, HITACHI, são disponibilizados apenas no município de São José dos Campos – SP. Após os impactos da pandemia de COVID-19, o fabricante vem ofertando os treinamentos na modalidade à distância. Enquanto houverem impactos da pandemia de COVID-19 e enquanto o fabricante continuar a oferecer os cursos nessa modalidade, os certificados poderão ser fornecidos com essa modalidade.

3.6.3.4 Todos os custos relativos à obtenção dos certificados devem ser incluídos nas despesas administrativas da CONTRATADA, inclusive os de transporte e estadia, não cabendo cobrança posterior de qualquer despesa sob qualquer justificativa.

3.6.3.5 Caso o profissional tenha que se ausentar do local de prestação dos serviços para a execução dos treinamentos, como, por exemplo, para a realização do curso no município de São José dos Campos – SP, deverá a CONTRATADA apresentar um substituto que, neste caso e excepcionalmente, está dispensado de apresentar os certificados de treinamento, devendo, no entanto, a substituição se limitar ao período de realização dos cursos e o período de trânsito.

3.6.3.6 De acordo com o parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU nº 0102/2013, da Auditoria Interna do Ministério Público da União, com base em determinações do TCU exaradas nos Acórdãos nº 826/2010 – TCU – Plenário e Acórdão nº1442/2010-TCU-2ª Câmara, não é cabível a presença de item relativo a “Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal” no quadro de insumos, uma vez que esses custos já estão englobados nas despesas administrativas da contratada.

3.6.3.7 O curso técnico de refrigeração e climatização não foi incluído na estimativa de custo pois considera-se como condição necessária e essencial para o exercício da profissão de técnico em refrigeração.

3.6.3.8 Os demais treinamentos são específicos para os equipamentos utilizados e para o método de trabalho pretendido na execução dos serviços para garantir a prestação do serviço em condições

mínimas. Visa-se, assim, garantir que os serviços serão prestados por profissionais aptos à realização das atividades, evitando-se, assim, que profissionais não capacitados venham a causar prejuízo ao erário. Estes cursos não foram incluídos na estimativa de custo pois considera-se como condição necessária e essencial para o exercício da profissão de técnico em refrigeração.

3.6.3.9. O parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU Nº 0102/2013 determinou a exclusão das planilhas de custos e formação de preços do item referente a treinamento em todos os contratos de prestação de serviços, de forma que embora esses treinamentos venham a ser exigidos pelo órgão, inclusive por meio de Instrumento de Medição de Resultados, não foram incluídos como item da planilha de custos e formação de preços,

Esse mesmo entendimento também foi exarado pelo TCU no Acórdão nº 210/2014, que assim determinou:

3.6.3.9.1. O entendimento deste Tribunal é no sentido de que o item 'Treinamento/Reciclagem de Pessoal' não deve ser incluído no quadro de insumos, por entender que esses custos já estão englobados nas despesas administrativas da contratada (Acórdão 325/2007 – TCU – Plenário; Acórdão 630/2010 – TCU – 1ª Câmara; Acórdão 592/2010 – TCU – Plenário), configurando-se, portanto, um ganho em duplicidade se esse item também é cotado no quadro de insumos.

3.6.3.9.2. No Acórdão 325/2007 – TCU – Plenário, este TCU destacou, entre outros, o pagamento irregular como item de custo direto de 'Reciclagem de Pessoal' quando este deveria estar incluso no conceito de despesas administrativas e de lucro da empresa. Na ocasião, firmou-se o entendimento no sentido de que as rubricas 'Treinamento/Reciclagem de Pessoal' devem ser absorvidas pelo item 'lucro', que seria a parcela destinada a remunerar o acervo de conhecimentos acumulados ao longo dos anos de experiência no ramo, capacidade administrativa e gerencial, conhecimento tecnológico acumulado, treinamento do pessoal, fortalecimento da capacidade de reinvestir em novos projetos e o risco do negócio em si.

3.6.3.9.3. Importa destacar que o entendimento de que os custos com treinamento de funcionários da contratada estão englobados no conceito de lucro decorre do fato de ser obrigação da empresa fornecer empregados devidamente treinados e aptos para a execução dos serviços contratados. Assim, o mencionado Acórdão 325/2007 – TCU – Plenário, também consignou que o item treinamento de pessoal está contido no conceito de lucro. Ademais, releva notar que esta Corte de Contas, no Acórdão 1.753/2008 – TCU – Plenário, pronunciou-se no sentido de que o entendimento exarado no referido Acórdão 325/2007 – TCU – Plenário seria perfeitamente aplicável às contratações de serviços contínuos de vigilância e limpeza e conservação (item 123 do Relatório do Ministro-Relator)

3.6.4 Das atribuições dos profissionais:

3.6.4.1 Posto de técnico de refrigeração:

Responder pela empresa sob todo e qualquer aspecto técnico e administrativo da execução do contrato; receber as ordens de serviço de manutenção e providenciar a sua execução; receber materiais do órgão e responsabilizar-se pela sua guarda e uso; coordenador e supervisionar os serviços realizados no Edifício-Sede e nas unidades do interior do estado; garantir que todos os sistemas funcionem perfeitamente, responsabilizando-se pela paralisação de atividades dos setores afetados; responsabilizar-se por qualquer incidente ocorrido nos sistemas, inclusive quando ocorrer queda de água sobre processos ou qualquer outro incidente que prejudique o interesse público; supervisionar diariamente a execução dos serviços em todos os seus aspectos sem superior direto dentro do local de trabalho; planejar as atividades; exercer por diretivo sob os subordinados, coordenar as atividades sob sua responsabilidade e fiscalizar a execução dos serviços; aplicar medidas disciplinares ao seu subordinado como advertência, suspensão e dispensa por justa causa, visando ao adequado funcionamento dos sistemas de climatização sob sua responsabilidade; controlar ferramentas, equipamentos e materiais relativas ao contrato; exercer poderes de gestão sob seu subordinado, inclusive com autonomia organizacional; auxiliar o desenvolvimento de processos; executar projetos; treinar auxiliares; primar pela qualidade dos serviços, aplicando normas e procedimentos de segurança no trabalho; coordenar os postos de trabalho que atuam nos serviços de refrigeração; reportar-se à fiscalização; receber as Ordens de Serviço distribuídas pela fiscalização referentes ao sistema e equipamentos de refrigeração e dar cumprimento; estimar materiais e peças necessárias à execução dos serviços afetos a refrigeração; monitorar as temperaturas nos diversos ambientes de trabalho do Órgão, comunicando qualquer anormalidade ou queixas ao seu superior; operar o sistema de refrigeração; acompanhar e controlar a manutenção e operação do sistema, através de preenchimento de formulários específicos; monitorar diariamente o acionamento e desligamento do sistema central de refrigeração; executar intervenções periódicas em componentes do sistema, com acompanhamento do responsável técnico e com a ajuda de seus auxiliares; realizar testes para aceitação e recebimento de novos equipamentos adquiridos pelo Órgão; executar a operação e manutenção do sistema de ar condicionado, acionando motores, ventiladores, evaporadoras, condensadoras, sistema VRF, CSNET, dispositivos de controle eletroeletrônico e condicionadores de ar; instalação de dutos do sistema de refrigeração; registrar ocorrências operacionais e preencher relatórios de rotina; atuar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental; e executar outras atividades correlatas à função; comunicar-se com os técnicos de refrigeração que executarem os serviços no interior do estado; realizar orçamentos junto a fornecedores de materiais; elaborar laudos técnicos sobre sistemas e equipamentos de climatização; executar outras atividades correlatas à função.

3.6.5 Dos salários dos profissionais:

Os salários das categorias profissionais obedecerão aos níveis indicados no quadro abaixo:

PROFISSIONAIS	SALÁRIOS
Técnico de Refrigeração	R\$ 2.091,21 (básico de técnico de refrigeração, conforme CCT 2022/2022 SINDLIMP-BA/SEAC-BA) + Custos discriminados no anexo, inclusive BDI = R\$ 5.257,51
TOTAL	R\$ 10.515,02

4 – DO PREÇO

4.1 A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

4.2. O valor estimado para locação de andaime, com montagem e desmontagem, é o seguinte:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Andaime, montagem e desmontagem a ser usado na PRM de Feira de Santana, com periodicidade bimestral	M	42	R\$ 21,59	R\$ 906,78
2	Andaime, montagem, desmontagem e locação a ser usado na PRM de Feira de Santana, com periodicidade bimestral	MxMês	10,5	R\$ 16,00	R\$ 168,00
TOTAL DOS CUSTOS					R\$ 1.074,78
BDI					R\$ 203,67
TOTAL GERAL					R\$ 1.278,45

4.3. Os valores totais unitários de cada categoria profissional são os seguintes:

PROFISSIONAIS	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Técnico de Refrigeração	2	R\$ 5.257,51	R\$ 10.515,02
TOTAL GLOBAL (R\$)			R\$ 126.180,24

4.4 Os valores totais unitários de cada serviço de manutenção preventiva periódico são os listados abaixo:

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO POR EQUIP. (R\$)	VALOR TOTAL DA MANUT. DOS EQUIP. (R\$)	QUANT. DE SERV. ANUAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM ALAGOINHAS	9	R\$ 58,22	R\$ 523,98	6	R\$ 3.143,88
2	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM ALAGOINHAS	13	R\$ 63,67	R\$ 827,71	6	R\$ 4.966,26
SUBTOTAL PRM ALAGOINHAS				R\$ 1.351,69		R\$ 8.110,14
3	Manutenção preventiva em split de 7.000 ou 7.500 BTUs ou em unidades de renovação de ar de 10HP, 5HP ou 8HP ou exaustor de 2CV na PRM BARREIRAS	5	R\$ 55,14	R\$ 275,70	6	R\$ 1.654,20
4	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 9.000 BTUs ou 9.600 BTUs ou 1,0HP na PRM BARREIRAS	14	R\$ 40,10	R\$ 561,40	6	R\$ 3.368,40
5	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 13.600 BTUs ou 13.648 BTUs ou 14.400 BTUs ou 1,5HP na PRM BARREIRAS	8	R\$ 45,00	R\$ 360,00	6	R\$ 2.160,00
6	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 15.500 BTUs ou 2,0HP ou 2HP LG na PRM BARREIRAS	7	R\$ 45,00	R\$ 315,00	6	R\$ 1.890,00
7	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 19.000 BTUs ou 19.100 BTUs ou 19.200 BTUs ou RCI 2,5 SET FREE ou 2,5HP LG na PRM BARREIRAS	4	R\$ 55,00	R\$ 220,00	6	R\$ 1.320,00
8	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 24.000 BTUs ou 27.200 BTUs ou 3,0HP na PRM BARREIRAS	10	R\$ 51,77	R\$ 517,70	6	R\$ 3.106,20
9	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 32.000 BTUs ou 36.200 BTUs ou 4,0HP na PRM BARREIRAS	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00	6	R\$ 1.260,00
10	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 45.300 BTUs ou 48.000 BTUs ou 5,0HP na PRM BARREIRAS	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00	6	R\$ 1.260,00
11	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 81.600 BTUs ou 9,0HP na PRM BARREIRAS	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00	6	R\$ 540,00
12	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 95.600 BTUs ou 96.000 BTUs ou 10,00HP ou inicial RAS10, RAS12 ou RAS8 Hitachi STE FREE na PRM BARREIRAS	11	R\$ 70,00	R\$ 770,00	6	R\$ 4.620,00
13	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM BARREIRAS	1	R\$ 57,20	R\$ 57,20	6	R\$ 343,20

14	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM BARREIRAS	1	R\$ 85,40	R\$ 85,40	6	R\$ 512,40
SUBTOTAL PRM BARREIRAS				R\$ 3.672,40		R\$ 22.034,40
15	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	1	R\$ 57,20	R\$ 57,20	6	R\$ 343,20
16	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	1	R\$ 58,22	R\$ 58,22	6	R\$ 349,32
17	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	2	R\$ 63,67	R\$ 127,34	6	R\$ 764,04
18	Manutenção preventiva em split de 24.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	2	R\$ 68,20	R\$ 136,40	6	R\$ 818,40
19	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	2	R\$ 85,40	R\$ 170,80	6	R\$ 1.024,80
20	Manutenção preventiva em split de 36.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	3	R\$ 99,96	R\$ 299,88	6	R\$ 1.799,28
21	Manutenção preventiva em split de 48.000 BTUs na PRM CAMPO FORMOSO	1	R\$ 130,25	R\$ 130,25	6	R\$ 781,50
SUBTOTAL PRM CAMPO FORMOSO				R\$ 980,09		R\$ 5.880,54
22	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM EUNÁPOLIS	1	R\$ 57,20	R\$ 57,20	6	R\$ 343,20
23	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM EUNÁPOLIS	9	R\$ 58,22	R\$ 523,98	6	R\$ 3.143,88
24	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM EUNÁPOLIS	15	R\$ 63,67	R\$ 955,05	6	R\$ 5.730,30
SUBTOTAL PRM EUNÁPOLIS				R\$ 1.536,23		R\$ 9.217,38
25	Manutenção preventiva em split de 7.000 ou 7.500 BTUs ou em unidades de renovação de ar de 10HP, 5HP ou 8HP ou exaustor de 2CV na PRM FEIRA DE SANTANA	2	R\$ 55,14	R\$ 110,28	6	R\$ 661,68
26	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 9.000 BTUs ou 9.600 BTUs ou 1,0HP na PRM FEIRA DE SANTANA	8	R\$ 40,10	R\$ 320,80	6	R\$ 1.924,80
27	Manutenção preventiva ar condicionado VRF 13.600 BTUs ou 13.648 BTUs ou 14.400 BTUs ou 1,5HP na PRM FEIRA DE SANTANA	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00	6	R\$ 540,00

44	Manutenção preventiva em split de 22.000 BTUs na PRM ILHÉUS	1	R\$ 68,75	R\$ 68,75	6	R\$ 412,50
SUBTOTAL PRM ILHÉUS				R\$ 1.080,97		R\$ 6.485,82
45	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM IRECÊ	9	R\$ 58,22	R\$ 523,98	6	R\$ 3.143,88
SUBTOTAL PRM IRECÊ				R\$ 523,98		R\$ 3.143,88
46	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM JEQUIÉ	5	R\$ 57,20	R\$ 286,00	6	R\$ 1.716,00
47	Manutenção preventiva em split de 12.000 BTUs na PRM JEQUIÉ	2	R\$ 58,22	R\$ 116,44	6	R\$ 698,64
48	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM JEQUIÉ	8	R\$ 63,67	R\$ 509,36	6	R\$ 3.056,16
SUBTOTAL PRM JEQUIÉ				R\$ 911,80		R\$ 5.470,80
49	Manutenção preventiva em split ou tipo janela de 12.000 BTUs na PRM PAULO AFONSO	7	R\$ 58,22	R\$ 407,54	6	R\$ 2.445,24
50	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM PAULO AFONSO	8	R\$ 63,67	R\$ 509,36	6	R\$ 3.056,16
SUBTOTAL PRM PAULO AFONSO				R\$ 1.319,34		R\$ 5.501,40
51	Manutenção preventiva em split ou tipo janela de 12.000 BTUs na PRM TEIXEIRA DE FREITAS	10	R\$ 58,22	R\$ 582,20	6	R\$ 3.493,20
SUBTOTAL PRM TEIXEIRA DE FREITAS				R\$ 582,20		R\$ 3.493,20
52	Manutenção preventiva em split de 7.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	1	R\$ 55,14	R\$ 55,14	6	R\$ 330,84
53	Manutenção preventiva em split de 9.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	5	R\$ 57,20	R\$ 286,00	6	R\$ 1.716,00
54	Manutenção preventiva em split ou tipo janela de 12.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	4	R\$ 58,22	R\$ 232,88	6	R\$ 1.397,28
55	Manutenção preventiva em split de 18.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	6	R\$ 63,67	R\$ 382,02	6	R\$ 2.292,12
56	Manutenção preventiva em split de 30.000 BTUs na PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	1	R\$ 85,40	R\$ 85,40	6	R\$ 512,40

SUBTOTAL PRM VITÓRIA DA CONQUISTA	R\$ 1.041,44	R\$ 6.248,64
TOTAL GERAL		R\$ 92.155,32

4.5 Os valores estimados unitários e totais para o período anual de cada serviço de manutenção corretiva são os informados na tabela abaixo. Os valores estimados anuais são meramente estimativos, sendo seu pagamento realizado apenas em caso de necessidade observada pela fiscalização.

ITEM	SERVIÇO	U.M.	QUANT ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL (R\$)
1	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 7.000 ou 7.500 BTUs ou em unidades de renovação de ar de 10HP, 5HP ou 8HP ou exaustor de 2CV	UN	4	R\$ 72,74	R\$ 290,96
2	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 9.000 BTUs	UN	15	R\$ 72,77	R\$ 1.091,55
3	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split ou tipo janela de 12.000 BTUs	UN	20	R\$ 67,19	R\$ 1.343,80
4	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 18.000 BTUs	UN	20	R\$ 80,73	R\$ 1.614,60
5	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 21.000 ou 22.000 BTUs	UN	3	R\$ 68,93	R\$ 206,79
6	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 24.000 BTUs	UN	4	R\$ 83,94	R\$ 335,76
7	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 30.000 BTUs	UN	3	R\$ 98,33	R\$ 294,99
8	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 36.000 BTUs	UN	3	R\$ 129,22	R\$ 387,66
9	Manutenção Corretiva – Condicionador de ar tipo Split 48.000 BTUs	UN	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00
10	Manutenção Corretiva – VRF 9.000 BTUs ou 9.600 BTUs ou 1,0HP	UN	8	R\$ 40,10	R\$ 320,80
11	Manutenção Corretiva – VRF 13.600 BTUs ou 13.648 BTUs ou 14.400 BTUs ou 1,5HP	UN	4	R\$ 45,00	R\$ 180,00
12	Manutenção Corretiva – VRF 15.500 BTUs ou 2,0HP ou 2HP	UN	3	R\$ 45,00	R\$ 135,00
13	Manutenção Corretiva – VRF 19.000 BTUs ou 19.100 BTUs ou 19.200 BTUs ou RCI 2,5 SET FREE ou 2,5HP	UN	4	R\$ 55,00	R\$ 220,00
14	Manutenção Corretiva – VRF 24.000 BTUs ou 27.200 BTUs ou 3,0H	UN	4	R\$ 65,00	R\$ 260,00
15	Manutenção Corretiva – VRF 32.000 BTUs ou 36.200 BTUs ou 4,0H	UN	2	R\$ 70,00	R\$ 140,00
16	Manutenção Corretiva – VRF 45.300 BTUs ou 48.000 BTUs ou 5,0HP	UN	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00
17	Manutenção Corretiva – VRF 81.600 BTUs ou 9,0HP	UN	2	R\$ 70,00	R\$ 140,00
18	Manutenção Corretiva – VRF 95.600 BTUs ou				R\$ 450,00

96.000 BTUs ou 10,00HP ou inicial RAS10, RAS12 ou RAS8 Hitachi STE FREE	UN	5	R\$ 90,00	
TOTAL GERAL				R\$ 8.101,91

4.6 Caso a fiscalização conclua que o defeito verificado decorre de manutenção preventiva inadequada, não haverá pagamento pelo serviço de manutenção corretiva.

4.7. Os serviços listados nos tópicos 4.4 e 4.5 serão pagos apenas para os serviços prestados no interior do estado, uma vez que os serviços prestados no Edifício-Sede serão executados por postos fixos.

4.8 O valor global estimado desta contratação é de **R\$ 227.715,92 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e quinze reais e noventa e dois centavos)**, incluindo os valores estimados de manutenção corretiva, que são somente serão pagos no caso de ocorrências que justifiquem a referida manutenção.

4.9. O piso salarial das categorias profissionais deverá obedecer à Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante em sua proposta de preços.

4.10 As despesas com a "Assistência Médica e Odontológica" não fazem parte da "Planilha de Custo e Formação de Preços". O CONTRATANTE realizará o pagamento da referida despesa, por meio de ressarcimento, após devidamente comprovado o custo efetivo e o respectivo desembolso da CONTRATADA. Caso a Convenção Coletiva adotada informe que a assistência médica deve ser custeada pelo empregador, adotar-se-á a inclusão desse insumo nas planilhas de custos. Caso seja por adesão do empregado, adota-se o ressarcimento. Caso a Convenção Coletiva adotada informe como facultativa a assistência médica, entende-se pela não inclusão nas planilhas, visando não onerar a contratação.

4.11 As despesas com o "Plano Ambulatorial" somente deverão constar da proposta da empresa no caso de obrigação tácita contida em Convenção Coletiva de Trabalho adotada pela licitante. No caso de a proposta da Licitante for baseada em convenção que contenha a obrigatoriedade, esta deverá apresentar durante a vigência do contrato os respectivos comprovantes de pagamento, visando o ressarcimento por parte do CONTRATANTE, limitado ao valor previsto na CCT.

4.11.1 Para composição das planilhas de custos e formação de preços deverão ser observados os percentuais para "encargos sociais e trabalhistas" e "tributos" indicados pelo CONTRATANTE. Caso a licitante apresente percentuais diferentes em suas planilhas deverá apresentar justificativas e as memórias de cálculo dos percentuais adotados.

4.12 O valor do serviço de manutenção corretiva engloba todo e qualquer serviço a ser realizado nos equipamentos, inclusive os relativos ao planejamento da tarefa como o PMOC, serviço esse considerado intrínseco à execução, e também todos os serviços relativos aos componentes de interligação dos aparelhos entre os mesmos e também entre estes e os ambientes, como grelhas, linhas, tubulações, difusores, drenos, encanamentos e cabeamentos, excluindo-se apenas os materiais que não sejam de consumo normal do contrato, bem como excluindo-se, ainda, serviços de análise de qualidade do ar e limpeza de dutos de ar condicionado.

5 – DO LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A prestação dos serviços deverá ter início no dia informado na ordem de serviço a ser expedida pela fiscalização, não devendo superar 60 (sessenta) dias após a publicação da assinatura do contrato no diário oficial.

5.2 Os serviços deverão ser executados nas dependências no Edifício-Sede da Procuradoria da República na Bahia situada à Rua Ivone Silveira, 243, Doron, Salvador-BA, e também nas Procuradorias da República nos Municípios (PRMs):

- 5.2.1. PRM de Alagoinhas, Rua André Luiz, S/N, Alagoinhas-BA, CEP 48005-205;
 - 5.2.1.1 É possível que ocorra a mudança de endereço da PRM de Alagoinhas para o edifício da PRM de Feira de Santana, com a consequente desativação dos equipamentos de climatização do local. Neste caso, deverá a CONTRATADA interromper as atividades de manutenção no mesmo dia em que as atividades da unidade forem encerradas ou em data anterior a ser informada pela fiscalização;
- 5.2.2 PRM de Barreiras, Avenida Ahylon Macedo, 3086, Vila Rica, Barreiras-BA, CEP 47813-000;
- 5.2.3 PRM de Campo Formoso, Rua Leonardo Galvão Bandeira, 275, Centro, Campo Formoso-BA, CEP 44790-000;
- 5.2.4 PRM de Eunápolis, Rua Dr. Gravata, 46, 2º e 3º andares, Centro, Eunápolis-BA, CEP 45.820-060;
 - 5.2.4.1 É possível que ocorra a mudança de endereço da PRM de Eunápolis para o edifício da PRM de Teixeira de Freitas, com a consequente desativação dos equipamentos de climatização do local. Neste caso, deverá a CONTRATADA interromper as atividades de manutenção no mesmo dia em que as atividades da unidade forem encerradas ou em data anterior a ser informada pela fiscalização;
- 5.2.5 PRM de Feira de Santana, Rua Castro Alves, 1560, Centro, Feira de Santana-BA, CEP 44001-184;
- 5.2.6 PRM de Guanambi, Rua Benjamim Vieira Costa, 1014, Centro, Guanambi-BA, CEP 46.430-000;
 - 5.2.6.1 É possível que ocorra a mudança de endereço da PRM de Guanambi para o edifício da Justiça Federal no município de Guanambi-BA localizado na Avenida Messias Pereira Donato, 4444, bairro Aeroporto Velho, Guanambi-BA, CEP 46430-000. Eventual mudança de endereço será devidamente comunicada, podendo ocorrer alteração da quantidade de serviços contratados, mediante justificativa comprovada. A entrega dos materiais e equipamentos necessários à realização da manutenção deverá acompanhar as mudanças. Os quantitativos de equipamentos para esta unidade já consideraram a realização da mudança, visto que na data de elaboração deste documento a mesma está na eminência de ser realizada;
- 5.2.7 PRM de Barreiras, Avenida Ahylon Macedo, 3086, Vila Rica, Barreiras-BA, CEP 47.813-000;
- 5.2.8 PRM de Ilhéus, Avenida Vereador Marcus Paiva, 31, Cidade Nova, Ilhéus-BA, CEP 45.652-050;
- 5.2.9 PRM de Irecê, Rua Rio Taquarí, 176, Centro, Irecê-BA, CEP 44.900-000;
- 5.2.10 PRM de Jequié, Rua Apolinário Peleteiro, 15, Centro, Jequié-BA, CEP 45.203-580;
 - 5.2.10.1 É possível que ocorra a mudança de endereço da PRM de Jequié para o edifício da Justiça Federal localizado na Rua Gildélito Ferraz, S/N, Jequiezinho, Jequié-BA, CEP 45.208-415. Eventual mudança de endereço será devidamente comunicada, podendo ocorrer alteração da quantidade de serviços contratados, mediante justificativa comprovada. A entrega dos materiais e equipamentos necessários à realização da manutenção deverá acompanhar as mudanças;
- 5.2.11 PRM de Paulo Afonso, Ac. Da Gangorra, lote 148A, quadra 12, Alves de Souza, Paulo Afonso-BA, CEP 48.608-095;

5.2.12 PRM de Teixeira de Freitas, Avenida Presidente Getúlio Vargas, 3421, salas 401 a 410, Centro, Teixeira de Freitas-BA, 45.985-200;

5.2.12.1 É possível que ocorra a mudança de endereço da PRM de Teixeira de Freitas para o edifício da PRM de Eunápolis, com a consequente desativação dos equipamentos de climatização do local. Neste caso, deverá a CONTRATADA interromper as atividades de manutenção no mesmo dia em que as atividades da unidade forem encerradas ou em data anterior a ser informada pela fiscalização;

5.2.13 PRM de Vitória da Conquista, Rua Nova Zelândia, 567, Candeias, CEP 45.028-095.

5.3 É possível que ocorra a mudança de endereço de qualquer das unidades, ainda que a possibilidade de mudança tenha sido citada para determinadas unidades mencionadas no tópico 5.2.

5.4 É possível ainda que ocorra a extinção de unidades, hipótese na qual os itens correspondentes serão eliminados imediatamente.

5.5 Em caso de alteração de endereço ou extinção de unidades, o valor a ser pago será calculado tomando como base a quantidade de serviços efetivamente executado e utilizando como preços dos serviços aqueles listados na respectiva planilha de preços.

5.6 Os serviços no Edifício-Sede serão prestados continuamente, nas PRMs de Feira de Santana e Barreiras mensalmente, com metade dos equipamentos, recebendo manutenção a cada mês, e nas demais unidades os serviços serão prestados bimestralmente.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

6.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

6.3 Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades, disponibilizando meios de identificação (crachá), e mantendo, por meio do setor de segurança do CONTRATANTE, ficha cadastral atualizada;

6.4 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

6.5 Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio adotadas pelo CONTRATANTE;

6.6 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.

6.7 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.8 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

6.9.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando a atividade exigir o atendimento direto;

6.9.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

6.9.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

6.9.4 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.10 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, relacionadas aos empregados da CONTRATADA efetivamente alocados para a prestação de serviços, especialmente:

6.10.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.

6.10.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS, a fim de verificar qualquer irregularidade;

6.10.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

6.11 Fiscalizar o atendimento ao disposto no Art. 4º da Resolução CNMP nº 177/2017, de 5 de julho de 2017, quanto à vedação de atribuição de cargo de chefia a empregado que tenha praticado ato(s) tipificado(s) como causa(s) de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral.

6.12 Conferir os materiais e equipamentos discriminados no Contrato e registrar as divergências quanto a quantidade e qualidade previstas;

6.13 Ao CONTRATANTE, por meio da Secretaria Estadual, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato.

6.14 Será(ão) nomeado(s) Servidor(es) do CONTRATANTE, que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA.

6.14.1. O(s) Servidor(es) do CONTRATANTE nomeados para fiscalizar e acompanhar o Contrato terá(ão) poderes para:

a) definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;

b) suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos no Contrato, submetendo o caso ao Secretário de Administração para decisão.

6.14.2. O(s) Servidor(es) do CONTRATANTE nomeados para fiscalizar e acompanhar o Contrato deverão:

a) anotar em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

b) notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

c) não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Indicar formalmente seu preposto antes de iniciar os serviços e, nos termos do art. 68 da lei 8.666/93, e mantê-lo no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato, desde que a Administração, representada pela fiscalização, o aceite.;

7.2 Planejar a execução e a supervisão dos serviços;

7.3 Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidade especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no contrato, e no que forem aplicáveis, com as normas da ABNT e com a legislação vigente;

7.4 Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.

7.5 Corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, após a notificação formal do CONTRATANTE;

7.6 Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

7.7 Prestar, quando necessário e solicitado pelo CONTRATANTE mediante comunicação prévia e por escrito, serviços extraordinários;

7.8 Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

7.9 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

7.10 Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações.

7.11 Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.12 Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;

7.13 Comunicar o CONTRATANTE, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.14 Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas do Ministério Público Federal relativa à segurança e proteção ambiental.

7.15 Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;

7.16 Fornecer todos os materiais e equipamentos conforme discriminados no Contrato, observando-se a qualidade e quantidade previstas, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos, bem como pela manutenção;

7.17 Disponibilizar armários, prateleiras, estrados, tapume etc, para guarda e conservação dos materiais, máquinas e equipamentos;

7.18 Não retirar das dependências do CONTRATANTE qualquer equipamento, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, mediante prévia autorização do CONTRATANTE;

7.19 Manter o estoque mínimo mensal de materiais e equipamentos, sujeito à fiscalização do CONTRATANTE, ficando facultado ao CONTRATANTE efetuar glosa, correspondente ao valor dos materiais e equipamentos faltantes, na nota fiscal/fatura do mês em que o fato ocorrer ;

7.20 Disponibilizar aos empregados armários individuais para guarda de seus pertences;

7.21 É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

7.21.1 O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

7.22 Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta; sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências;

7.23 Tomar todas as providências necessárias à desmobilização técnica e operacional dos serviços contratados, bem como por todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias e/ou trabalhistas Quando do término da vigência

contratual, seja por motivo de fim do prazo acordado, em que não ocorrerá prorrogação do prazo do contrato, ou por rescisão unilateral (nos termos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993) ou amigável (nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993) por parte da Administração, nos termos da legislação vigente. No caso de rescisão unilateral ou amigável, a CONTRATADA será notificada sobre a data final do contrato.

7.24. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

7.25. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

7.25.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do contrato, cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

7.26 Quanto aos empregados:

7.26.1 Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

7.26.2 Recrutar, selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida, bem como funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

7.26.3 Comprovar, sempre que solicitado, a realização do plano de treinamento, por meio de certificados ou listas de presenças aos cursos. Os comprovantes de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência;

7.26.4 Fornecer ao CONTRATANTE relação nominal dos empregados selecionados, a qual deverá indicar a função, endereço residencial, horário de trabalho e alocação nas dependências do CONTRATANTE;

7.26.5 Encaminhar ao CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;

7.26.6 Manter no local da prestação dos serviços cópias dos registros de trabalho dos empregados lotados nas dependências do CONTRATANTE;

7.26.7 Manter, nos dias de expediente do CONTRATANTE, a totalidade do efetivo de pessoal para execução dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção e independente de qualquer motivo, como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão;

7.26.8 Zelar para que seus empregados mantenham-se devidamente identificados por meio de crachás e uniformizados de forma condizente e dentro dos padrões de higiene pessoal, sempre que estiverem circulando nas dependências do CONTRATANTE;

7.26.9 Devolver os crachás de identificação ao CONTRATANTE quando houver desligamento de empregado de seu quadro de pessoal;

7.26.10 Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive em casos de emergência;

7.26.11 Quanto às ações afirmativas, cumprir cotas as raciais, de gênero e de pessoas com deficiência, durante toda a execução do contrato, da seguinte forma:

7.26.11.1 Declarar que dispõe, em seus quadros, beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de necessidades especiais habilitadas, no percentual estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/1991, considerando os princípios e definições contidas no Decreto nº 3.298/1999;

7.26.11.2 Declarar que mantém os percentuais mínimos previstos, para cada categoria profissional, para cada deficiência;

7.26.11.3 Destinar vagas a serem preenchidas por beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de necessidades especiais habilitadas, em percentual preestabelecido, obedecendo aos dispositivos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do Decreto nº 3.298/1999.

7.26.12 Apurar e/ou dar o devido encaminhamento, dentro do seu âmbito de atuação, às notícias de assédio sexual e/ou moral ocorridas nas dependências do CONTRATANTE, se houver.

7.26.13 Declarar que não se enquadra nas hipóteses de vedação previstas no Art. 4º da Resolução do CNMP nº 177/2017, de 05 de julho de 2017, quando houver designação de empregado para exercício de cargo de chefia;

7.26.14 Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social.

7.26.15 Não explorar trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, o Capítulo IV, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto nº 5.452/1943, de 1º de maio de 1943, os arts. 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, de 19 de julho de 1990, e o Decreto nº 6.841/2008, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

7.26.16 Não praticar, de qualquer forma, ações relacionadas com o trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas para esse fim, conforme arts. 149, 203 e 207 do Código Penal.

7.26.17 Observar, no que couber, as disposições da Portaria nº 3.214/78, que aprova as Normas Regulamentadoras do MTE (NR's 1 a 35).

7.27 Quanto à capacitação dos empregados:

7.27.1 Emitir declaração, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, que nos três primeiros meses de contrato, promoverá cursos de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre:

7.27.1.1 práticas socioambientais para economia de energia;

7.27.1.2 práticas socioambientais para economia de água;

7.27.1.3 práticas socioambientais de redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço, conforme as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e programa interno de separação de resíduos sólidos do CONTRATANTE.

7.27.1.4 Segurança no Trabalho (com ênfase na prevenção de acidentes, nos termos da legislação vigente).

7.27.1.5 Uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, quando se aplicar.

7.27.1.6 Direitos trabalhistas em geral, inclusive noções sobre a atuação do sindicato, acesso a informações sobre FGTS e Previdência, prazos legais para pagamento de obrigações trabalhistas, etc.

7.27.1.7 Discriminação de gênero, raça e etnia, assédio moral e sexual.

7.27.1.8 Demais cursos e treinamentos informados neste documento.

7.28 A comprovação da realização dos cursos/treinamentos, deverá ser feita sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, por meio da apresentação dos certificados ou listas de presenças aos cursos. Os comprovantes de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei deverão ser apresentados no prazo de até 90 (noventa) dias após a ocorrência;

7.29 Quanto às obrigações trabalhistas:

7.29.1 Efetuar os pagamentos dos salários dos empregados mediante depósito bancário, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido ou no prazo previsto em lei ou em convenção coletiva de trabalho. Os salários a serem pagos são os estabelecidos na proposta da CONTRATADA;

7.29.2 Os pagamentos dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderão estar vinculados ao recebimento do pagamento dos serviços prestados;

7.29.3 Recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação de seus empregados;

7.29.4 Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio-alimentação/refeição, em quantidade e valores suficientes para uso de cada empregado, durante todo o mês;

7.29.5 Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio-transporte em quantidade e valores suficientes para o trajeto residência/trabalho e

trabalho/residência, durante todo o mês, e/ou disponibilizar transporte próprio, obedecendo-se aos horários de prestação de serviço de cada profissional, inclusive nos casos de serviços extraordinários;

7.29.6 Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados até as dependências do CONTRATANTE, por meios próprios, em casos de paralisação total ou parcial dos transportes coletivos que prejudique seu deslocamento;

7.29.7 Efetuar o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade e demais verbas legais ou convencionais, quando legalmente devido;

7.29.7.1 Para fazer jus ao pagamento do **Adicional de Insalubridade e/ou periculosidade**, a CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, e apresentar ao CONTRATANTE, laudo pericial comprovando a caracterização e a classificação das atividades, em consonância com o art. 195 da CLT, podendo ser objeto de repactuação do contrato, para exclusão da respectiva rubrica, caso seja constatada a sua não incidência.

7.29.8 Fornecer auxílios-alimentação e transporte aos empregados escalados para serviços extraordinários nos sábados, domingos ou feriados;

7.29.9 Responsabilizar-se por todas as despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

7.29.10 Cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em especial as normas regulamentadoras atualizadas do Ministério do Trabalho, com apresentação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional específicos para o meio ambiente do trabalho nas dependências do CONTRATANTE;

7.29.11 Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

7.29.12 Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

7.29.13 Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, conforme previsto na PORTARIA MTB Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, diligenciando, em especial, para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC), na forma regulada pela NR-06, do Ministério do Trabalho, caso necessário, ficando a cargo da CONTRATADA e às suas expensas o fornecimento desses equipamentos. A fiscalização do CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal Técnico do Contrato, poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA.

7.29.14 Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte do CONTRATANTE;

7.29.15 Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, conforme a Resolução Conama nº 401, de 4 de novembro de 2008, e a política de descarte do CONTRATANTE;

7.29.16 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão.

7.30 Quanto à documentação comprobatória:

7.30.1 A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, quando solicitado, comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, fundo de garantia e previdenciárias, em especial os documentos solicitados na Cláusula do Faturamento, bem como os abaixo relacionados:

7.30.1.1 Demonstrativos de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei, no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência;

7.30.1.2 Cópia dos documentos que embasam o PPRA e o PCMSO, previstos nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, específicos para os riscos ambientais do trabalho do CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato;

7.30.1.3 Comprovantes de realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso, no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência;

7.30.1.4 Comprovantes do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED, no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência;

7.30.1.5 Cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, devidamente homologado, quando houver demissão de empregado alocado nas dependências do CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência;

7.30.1.6 Demonstrativos de cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e, ainda, das demais obrigações dispostas em Lei, quando solicitado;

7.30.1.7 Relatório dos empregados contendo cargo e posto, horário de trabalho, avaliação individual, registro de licenças, faltas, respectivas coberturas, se houver, bem como escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos, e, ainda, relatório técnico mensal das atividades realizadas, até o segundo dia útil de cada mês, ao CONTRATANTE;

7.30.1.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011; Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça; Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União; Consulta na Relação de Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

7.31 É vedado à CONTRATADA:

7.31.1 Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, no âmbito do Ministério Público Federal;

7.31.2 Lotar no ambiente do CONTRATANTE empregado que seja parente até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público Federal observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;

7.31.3 Permitir o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE, como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;

7.31.4 Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

7.31.5 Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

7.31.6 Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

7.31.7 Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

7.31.8 Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas no contrato.

7.32 Antes de iniciados os serviços, deverá a contratada apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica, ou equivalente conforme cada Conselho de Classe, pela execução dos serviços a ser emitida por engenheiro mecânico, arquiteto ou técnico industrial (técnico em refrigeração).

7.33 Deverá ser entregue relatório de manutenção mensal com a lista de todos os equipamentos integrantes das instalações relativas ao contrato e a informação se foram realizadas as atividades de manutenção constantes no contrato, seus anexos e no PMOC a ser elaborado pelo responsável técnico, devendo ser registrado qualquer não conformidade nos equipamentos.

7.33.1 O relatório a ser apresentado à fiscalização deverá primar pela concisão e limitar-se aos seguintes dados:

7.33.1.1 Nome da edificação

7.33.1.2 Data de execução do serviço

7.33.1.3 Lista de equipamentos da edificação disposta em sequência numérica e localizado ao lado de lacunas que informem se o serviço foi realizado em conformidade com o contrato ou se não foi realizado.

7.33.1.4 Campo onde se informe qualquer não conformidade verificada e as medidas de correção necessárias.

7.34 Caso o fiscal local verifique que qualquer serviço previsto no contrato não foi realizado em conformidade com o contrato durante a manutenção preventiva, deverá recusar a aposição de assinatura no relatório até que seja todo o serviço seja realizado em conformidade.

7.35. A indicação do preposto deve ocorrer formalmente.

7.36 O preposto somente será aceito após avaliação da fiscalização que poderá utilizar todos os meios permitidos por lei para a verificação.

7.37 Se o profissional indicado para funcionar como preposto não for aceito pela fiscalização, deverá a empresa indicar outro e caso não haja aceite, deverá indicar outro até a aceitação da Administração.

7.38 A verificação da fiscalização quanto ao aceite do preposto deverá levar em conta a capacidade do profissional em exercer a função.

7.39 Qualquer substituição de preposto, ainda que por motivo de férias, doença ou qualquer outro afastamento legal ou mesmo folga por mera liberalidade, deverá ocorrer somente após prévia apresentação e aceitação do preposto substituto pela fiscalização.

7.40 A empresa deverá apresentar o preposto substituto antes de iniciar os serviços para vir a funcionar quando o preposto não estiver no local de serviço de forma temporária, cabendo à fiscalização avaliar a possibilidade de aceitação do profissional na função.

7.41 A fiscalização poderá, a qualquer momento, retirar a aceitação do preposto, devendo a empresa substituí-lo pelo preposto substituto em até 2 (duas) horas após o recebimento da informação da fiscalização.

8 – DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E/OU ACESSÓRIOS

8.1 A substituição de peças, componentes e/ou acessórios, em caso de comprovada necessidade, deverá ser precedida de justificativa assinada pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, endereçada à CONTRATANTE, para apreciação e autorização do Fiscal Técnico do contrato.

8.2 Comprovada a necessidade da substituição, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE 3 (três) propostas de preços. Na hipótese de incompatibilidade com os valores de mercado, o Fiscal do contrato ampliará a pesquisa e concederá à CONTRATADA a possibilidade de ajuste de sua proposta ao menor preço encontrado.

8.3 Os orçamentos apresentados pela CONTRATADA deverão ser detalhados, contendo quantidade, marca, modelo, nome do fabricante e os valores unitário e total dos itens a serem utilizados na execução dos serviços.

8.4 As peças, componentes e/ou acessórios utilizados na manutenção preventiva ou corretiva deverão ser originários do respectivo fabricante do equipamento, ou de outra empresa especializada e legalmente estabelecida por ele indicada. Os itens substituídos durante a execução dos serviços deverão ser devolvidos à CONTRATANTE.

8.5 Os valores despendidos pela CONTRATADA para o fornecimento das peças, componentes e/ou acessórios serão ressarcidos/reembolsados pela CONTRATANTE, na forma descrita no item 10.1.4.

8.5 A CONTRATANTE poderá, a seu critério e exclusivo juízo, optar pela aquisição direta das peças, componentes e/ou acessórios necessários, mediante processo específico e desvinculado do contrato.

8.6 O fornecimento de materiais de consumo, tais como: lubrificantes, produtos e materiais de limpeza e outros necessários à execução dos serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA.

8.7 A CONTRATADA deverá apresentar garantia mínima de 90 (noventa) dias para as peças e componentes substituídos.

9 – DA VIGÊNCIA

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data informada em ordem de serviço a ser emitida pela fiscalização, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

10 – DO PAGAMENTO

10.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância mensal correspondente aos postos ativados, mediante a protocolização da nota fiscal/fatura, juntamente com os documentos constantes neste capítulo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do “atesto” da nota fiscal/fatura pelo FISCAL TÉCNICO do contrato, ficando o pagamento condicionado, ainda, à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

10.1.1. No caso de atraso na entrega ou de irregularidades identificadas na fatura/nota fiscal ou de não apresentação de algum dos documentos exigidos, o FISCAL TÉCNICO do Contrato ou à DICGC – Divisão de Contratações e Gestão Contratual, no âmbito das respectivas atribuições, solicitará a regularização, por escrito, à CONTRATADA. O prazo informado para pagamento ficará suspenso até o cumprimento das exigências legais, sem prejuízo das sanções cabíveis, não gerando, ainda, direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

10.1.2. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas no subitem anterior, bem como de ocorrências diversas, não autoriza a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou deixar de efetuar o pagamento dos profissionais na data prevista.

10.1.3. As faturas/notas fiscais deverão ser encaminhadas ao Setor de Gestão de Contratos (GECON/PR-BA) exclusivamente por meio do sistema de Protocolo Eletrônico do Ministério Público Federal (www.protocolo.mpf.mp.br)

10.1.4. Havendo o fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios para substituição, a

CONTRATADA deverá emitir documento fiscal pertinente, em nome da **CONTRATANTE**, para fins de ressarcimento/reembolso, nos termos da IN/RFB nº 1.234/2012 e Solução de Consulta COSIT RFB 317/2019, sob pena de não ter seus custos ressarcidos/reembolsados.

10.1.5. A **CONTRATADA** deverá emitir, no primeiro dia útil subsequente ao encerramento do mês de prestação do serviço, uma nota fiscal/fatura por localidade de prestação dos serviços através de endereço de correspondência eletrônica informado pela **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei no 8.212/91 e alterações posteriores. Juntamente com a nota fiscal/fatura, deverão ser entregues os seguintes documentos, sem os quais não serão liberados os pagamentos:

- a) Certidões que comprovem a regularidade fiscal (prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS) e trabalhista (prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT);
- b) Formulário “Rol de Documentos” (de acordo com modelo adotado pela **CONTRATANTE**) devidamente preenchido.
- c) Documentos correspondentes ao próprio mês a que se referirem as faturas/notas fiscais apresentadas, relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual:
 - c1) Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Previdência Social – INSS), compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4o do Art. 31, da Lei no 9.032/95, art. 219 do Decreto 3.048/99, com redação dada pelo Decreto no 4.729/03 e conforme dispõe o artigo 195, § 3o da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual:
 - c1.1) Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
 - c1.2) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando efetuado pela Internet, referente ao mês anterior;
 - c1.3) Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
 - c1.4) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando efetuado pela Internet, referente ao mês anterior;
 - c1.5) Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
 - c1.6) Cópia da Relação de Tomadores – RET (fornecer cópia da parte onde consta o Tomador “Procuradoria da República no Estado do Bahia” e cópia da(s) última(s) folha(s) da RET que contém o “Resumo – Relação de Tomador/Obra – RET” com o total de trabalhadores e o total a recolher).
 - c2) Do cumprimento das demais obrigações trabalhistas, correspondentes ao próprio mês a que se referirem as faturas/notas fiscais apresentadas:

- c2.1) Cópia de todos os cartões – ponto ou da folha de ponto dos funcionários que estão exercendo serviços junto à CONTRATANTE;
- c2.2) Cópias dos comprovantes de pagamento dos salários, do fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, que deverão ser pagos em única parcela;
- c2.3) Cópias dos comprovantes de pagamento de 13º salário, férias, realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, cursos de treinamento e reciclagem, quando for o caso.
- c3) Do cumprimento do pagamento das verbas rescisórias:
 - c3.1) Cópias dos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias (inclusive a GRFC – Guia de Recolhimento de Fundo do Contribuinte, acompanhada de Relatório do Empregado) ou a comprovação de que os empregados serão realocados, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, quando da substituição de funcionários ou término do Contrato.
- c4) Do cumprimento das obrigações contratuais:
 - c4.1) Anotação de Responsabilidade Técnica, ou equivalente do respectivo conselho de classe, emitida pelo responsável técnico no primeiro faturamento e sempre que houver substituição do responsável técnico.
 - c4.2) Relatório mensal de manutenção entregue em meio digital constando cada um dos equipamentos de climatização e a informação sobre a realização ou não da manutenção conforme estabelecido no contrato e apresentação de informação sobre qualquer não conformidade existente no equipamento à época da emissão do relatório, bem como apresentação de justificativa pormenorizada para a não realização de manutenção em qualquer um dos equipamentos.
 - c4.3) Plano de Manutenção Operação e Controle dos sistemas no primeiro faturamento e sempre que alterações nas edificações ou na legislação tornem a emissão ou revisão do plano necessária.
- d) A CONTRATADA se obriga a apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os originais dos documentos referidos no ITEM “c” desta cláusula e outros que entender pertinentes.
- e) O rol de documentos exigíveis no ITEM “c” deste CAPÍTULO poderá sofrer alterações, com supressões ou acréscimos, para melhor atendimento ao objetivo, ou ainda em cumprimento às normas vigentes.
- f) Os serviços extraordinários, autorizados pela CONTRATANTE de acordo com suas necessidades mediante comunicação prévia e por escrito, deverão ser faturados em separado, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto. O valor da hora extra deverá ser pago ao funcionário de acordo com a legislação pertinente. A esse resultado serão acrescidos encargos sociais no percentual de 59%, taxa de administração e de lucro, bem como os tributos incidentes previstos no contrato. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS. Caso os serviços extraordinários sejam realizados aos sábados, domingos e feriados, os valores referentes à alimentação e ao transporte ficarão sob o encargo da CONTRATADA, que deverá apresentar à CONTRATANTE o comprovante de entrega dos valores ao profissional.
- g) O pagamento será realizado por meio de emissão de Ordem Bancária, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, até a data do vencimento, via Banco do Brasil, à

ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques ou outros papéis do Banco do Brasil S.A. ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 dias úteis que ultrapassem a data de vencimento, após a emissão tempestiva da referida Ordem Bancária.

h) Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

h1) Do imposto sobre a renda – IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, da contribuição para seguridade social – COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto em questão, conforme Instrução Normativa SRF 1.234/2012;

h2) Do INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a Lei no 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

h3) Do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, na forma da legislação municipal em vigor;

h4) Nas hipóteses das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não haverá a retenção prevista no subitem “h1” caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar 123/2006, ou se enquadre na previsão contida no § 4º do art. 16 do referido estatuto legal.

i) Nos casos de débitos da contratada para com a contratante, decorrentes de imposição de penalidades pecuniárias ou de danos causados à Administração por inadimplência parcial ou total na execução dos serviços, poderá haver retenção dos créditos que existirem em seu favor, até o limite necessário para compensação de qualquer obrigação ainda pendente de liquidação que lhe foi imposta, sem prejuízo da aplicação simultânea das sanções cabíveis.

i1) Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante comunicará a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre o valor glosado pela Administração.

i.2) A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

j) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida Procuradoria da República na Bahia, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios

N = Numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = 0,06 \div 365 = 0,00016438$$

k) Aplica-se a mesma regra disposta no item anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto no 93.872/86.

11 – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

11.1 O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) dar-se-á da seguinte forma:

11.1.1 Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos graus e respectivos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente conforme tabela de graduação abaixo:

TABELA DE GRADUAÇÃO

Soma Total dos pontos (mensal)	0 a 40 pontos	41 a 60 pontos	61 a 80 pontos	Acima de 80 pontos
Glosa (%)	0%	5%	7%	10%

11.1.2 A pontuação será aferida através de registros (falhas) levantados pela fiscalização do contrato, após a apuração das ocorrências junto à CONTRATADA.

11.1.2.1 Apurada a desconformidade na prestação dos serviços será atribuído uma pontuação conforme tabela abaixo:

Item	Falhas	Unidade de Medida	Pontos
01	Atraso no cumprimento do horário de prestação de serviços por qualquer um dos postos fixos.	Por ocorrência e por hora	20
02	Não utilização de qualquer item do uniforme por qualquer um dos postos fixos.	Por ocorrência	20
03	Ausência de qualquer um dos postos fixos sem substituição por outro funcionário sem que a fiscalização autorize	Por ocorrência	20
04	Não comparecimento mensal do responsável técnico sem prejuízo da não efetivação do pagamento do serviço	Por ocorrência	20
05	Não atendimento de qualquer chamado de manutenção corretiva	Por ocorrência	20
06	Atraso no atendimento de qualquer chamado de manutenção corretiva	Por hora	20
07	Não realização de qualquer atividade de manutenção preventiva prevista no contrato	Por ocorrência	20
08	Não disponibilizar na sede do órgão qualquer uma das ferramentas informadas na planilha de ferramentas anexa ao termo de referência / constante do processo	Por ocorrência	25
09	Atraso no atendimento de qualquer serviço de	Por dia	25

	manutenção preventiva previsto no contrato e seus anexos		
10	Não execução de qualquer atividade de manutenção preventiva prevista no contrato e seus anexos	Por ocorrência	25
11	Não execução da limpeza mensal de cada uma das evaporadoras dentro do cronograma de manutenção previsto no anexo A do Termo de Referência	Por ocorrência	25
12	Não manter qualquer dos equipamentos e materiais previstos no contrato e anexos nos locais de execução dos serviços.	Por ocorrência	25
13	Não usar qualquer um dos EPIs listados nos contratos e seus anexos, previstos em Norma da Secretaria de Inspeção do Trabalho, definidos em normas regulamentadoras do trabalho ou informados na legislação.	Por ocorrência	45
14	Não manter quaisquer dos postos fixos com todos os treinamentos estabelecidos no termo de referência por qualquer razão	Por ocorrência	45
15	Colocar para trabalhar preposto não aceito pela fiscalização, ainda que temporariamente	Por dia	35

11.1.2.2 O período de avaliação das desconformidades será o mesmo da parcela/medição dos serviços prestados a serem pagos à CONTRATADA, quando será apurada a soma da pontuação decorrente das desconformidades descritas no subitem anterior.

11.1.2.3 Apuradas as desconformidades, com pontuação superior a 40 (quarenta) pontos, será encaminhado à CONTRATADA relatório detalhado dos registros. A CONTRATADA terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as desconformidades, as quais serão analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE.

11.1.2.4 Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas no caso do relatório apontar pontuação acima de 40 (quarenta) pontos. A carência a que se refere o caput não será válida em caso de renovação contratual.

11.2 A aplicação das glosas acima não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

12 – DA REPACTUAÇÃO

12.1. O Contrato poderá ser repactuado, visando a adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, ou à época da última repactuação e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada.

12.1.1. A CONTRATADA poderá exercer seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato até a data da prorrogação contratual subsequente. Caso a CONTRATADA não solicite o reequilíbrio no prazo estipulado,

ocorrerá a preclusão do direito.

12.1.2. Os preços inicialmente contratados dos serviços de locação poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, a data a que a anterior tiver se referindo, consideradas como data-base para o reajuste, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE acumulada nos últimos 12 meses, contados do pedido da CONTRATADA, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

12.1.3 Os reajustes que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão a cada anualidade da data-base mencionada no item anterior, com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

13 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A CONTRATANTE exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato, mediante designação de gestor e fiscal para assegurar o cumprimento do contrato, com competência técnica compatível com as peculiaridades do contrato, em conformidade com as disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A Fiscalização deverá realizar, dentre outras, inclusive as constantes na IN SEGES/MPDG nº 05/2017, atualizada, as seguintes atividades que delimitam as suas obrigações e estabelecem as suas prerrogativas:

- a) Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato, Termo de Referência, orçamentos, planos, fichas, correspondências, relatórios relacionados à prestação dos serviços;
- b) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas especificações, normas técnicas e demais elementos fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA no que diz respeito à adequada e integral prestação dos serviços e ao pleno atendimento às normas de fiscalização, segurança e de saúde do trabalho relacionadas neste Contrato e nos dispositivos legais pertinentes;
- d) Solicitar os acréscimos ou supressões ao Contrato quando necessários;
- e) Solicitar, a qualquer tempo, a adoção de providências que julgue necessária à perfeita ação da Fiscalização, e ao respeito e cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho e à fiel execução do Contrato;
- f) Fiscalizar a execução do presente Contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes de suas cláusulas;
- g) Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados;
- h) Atestar as notas fiscais/faturas;
- i) Acompanhar o prazo de início e término da execução do Contrato.

13.3. A presença da Fiscalização durante a prestação dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela completa e perfeita execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

13.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do CONTRATANTE deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

13.5. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

13.6. Os fiscais do contrato deverão promover as atividades de transição contratual observando, no que couber:

I – a adequação dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do serviço por parte da Administração;

II – a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço;

III – a devolução ao órgão ou entidade dos equipamentos, espaço físico, crachás, dentre outros; e

IV – outras providências que se apliquem.

14 – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual global atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso na apresentação da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA até que seja apresentado o comprovante de prestação da garantia, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato, e/ou promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

14.1.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia ou fiança - bancária em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no subitem anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.1.5. A apólice do seguro-garantia deverá conter cláusula expressa na qual conste que eventual alteração do contrato dentro dos limites previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93 não exonerará a seguradora de suas obrigações contratuais, tampouco implicará nulidade.

14.1.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, em conta específica com correção monetária, em favor da Procuradoria da República no Estado da Bahia, CNPJ no 26.989.715.0023-18, devendo, ainda, vigorar por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

14.1.7. A garantia deverá ser integralizada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento do contrato ou reequilíbrio de preços, de modo que corresponda à 5% do valor global atualizado do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

14.1.8. Será considerada extinta a garantia:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

14.1.9. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, observada a legislação que rege a matéria

14.1.10. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2022 e das cláusulas contratuais.

14.1.11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Procuradoria da República no Estado da Bahia com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

14.1.12. A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme o modelo fornecido, se for o caso.

15 – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será permitida subcontratação do objeto lícito.

16 – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

16.1 A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas ao CONTRATANTE para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Contrato.

17 – DO CONSÓRCIO

17.1 Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

18 – DA VISTORIA

18.1 É facultado e recomendável, aos licitantes, a realização de vistoria no local onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo qualquer alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

18.1.1 A não realização da visita não admitirá ao licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

18.1.2 A vistoria deverá ser agendada no telefone (71) 3617-2427, das 13h00 as 17h00, ou pelo prba-dinfe@mpf.mp.br, no mínimo com **1 (um) dia** de antecedência, e ser realizada **até 1 (um) dia útil** antes da realização da licitação, no horário **de 13h00 as 17h00**.

18.1.3 Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal do licitante ou preposto, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo constante no **ANEXO B**.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

19.2 Os parâmetros para aplicação de penalidades regulam-se pela Instrução Normativa nº 02 SG/MPF, de 3 de março de 2020. Assim, a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE, não interfiram diretamente na execução do objeto e não comprometam prazos e/ou serviços;

19.2.2 Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, desde que haja entrega de forma integral da execução de serviço, e corresponderá ao percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o máximo de 10% (dez por cento);

19.2.2.1 Considera-se atraso injustificado aquele que não decorra dos seguintes motivos, devidamente fundamentados nos autos:

- a) alteração das especificações, pela CONTRATANTE;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da CONTRATANTE;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

19.2.2.2 Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;

19.2.2.3 Caso a prestação do serviço não mais seja útil à CONTRATANTE, atestado mediante parecer da área técnica interessada, ou constatado atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, considerar-se-á inexecução contratual na forma prevista no subitem 19.2.3.

19.2.3 Multa compensatória pela inexecução parcial ou total do objeto contratado que corresponderão aos seguintes percentuais:

- a) 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.
- c) de 0,2% a 3,2% sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante nas tabelas 1 e 2 abaixo:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor mensal do Contrato
2	0,4% sobre o valor mensal do Contrato
3	0,8% sobre o valor mensal do Contrato
4	1,6% sobre o valor mensal do Contrato
5	3,2% sobre o valor mensal do Contrato

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais; (por ocorrência);	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; (por dia)	4

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados; (por empregado)	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização; (por serviço)	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE; (por empregado)	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal; (por funcionário)	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador; (por ocorrência)	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço; (por funcionário)	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador; (por ocorrência)	3
10	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no Contrato; (por ocorrência)	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA. (por treinamento)	1

19.2.3.1 Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento do prazo estabelecido em Contrato para execução dos serviços;

19.2.4 A Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria da República na Bahia, poderá ser aplicada para punir reiteradas faltas, ou o cometimento de faltas contratuais graves, nos seguintes prazos e situações, se, por culpa ou dolo, a CONTRATADA prejudicar a execução das obrigações assumidas:

a) atraso injustificado, superior a 45 (quarenta e cinco) dias, no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízo à CONTRATANTE.

Prazo – 3 (três) meses.

b) execução insatisfatória das obrigações assumidas contratualmente, no caso de a empresa ter sido sancionada anteriormente com multa e/ou advertência;

Prazo – 3 (três) meses.

c) ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

Prazo – 3 (três) meses.

d) Não manter as condições apresentadas na proposta.

Prazo – 3 (três) meses.

e) Não formalizar Termo Aditivo, inclusive após manifestar concordância com a prorrogação de vigência ou alteração do objeto, seja para acréscimo ou supressão.

Prazo – 12 (doze) meses.

f) cometimento de irregularidades que acarretem prejuízos à CONTRATANTE, ensejando a rescisão da contratação por sua culpa;

Prazo – 16 (dezesesseis) meses.

g) inexecução total do objeto contratado;

Prazo – 16 (dezesesseis) meses.

19.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pode ser aplicada quando a CONTRATADA:

a) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

c) praticar ato configurado como crime pelo Código Penal (Dos crimes em licitações e contratos administrativos) durante a execução do contrato.

19.2.5.1 Os efeitos persistirão enquanto durarem os motivos que deram causa à aplicação da penalidade ou até que seja promovida a reabilitação da empresa perante a unidade sancionadora.

19.2.5.2 A reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após o decurso de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.

19.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF, quando ocorrerem as seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

a) apresentar documentação falsa;

Prazo – 18 (dezoito) meses.

b) fraudar na execução do contrato;

Prazo – 48 (quarenta e oito) meses.

c) cometer fraude fiscal;

Prazo – 48 (quarenta e oito) meses.

d) comportar-se de modo inidôneo;

Prazo – 48 (quarenta e oito) meses.

19.2.6.1 Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

19.2.6.2 Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.

19.2.7 Quando a ação ou omissão da CONTRATADA se enquadrar em tipos distintos de penalidades, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

19.2.8 As penalidades de multas moratória ou compensatória poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

19.2.9 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.3 Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

19.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.7 Desconto Do Valor Da Multa – O valor da multa deverá ser pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela CONTRATADA;

19.7.1 Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

a) desconto dos créditos que a CONTRATADA fizer jus;

b) desconto da garantia;

c) cobrado judicialmente.

19.8 Recursos – Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.2, 18.2.3 e 18.2.4, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, conforme a alínea f do inciso “I” do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

19.9 Pedido de Reconsideração – No caso das penalidades previstas nos subitens 19.2.5 e 19.2.6, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme o inciso III do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

20 – DA HABILITAÇÃO

20.1 O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por instituição pública ou privada, demonstrando que gerencia ou gerenciou serviços terceirizados com, no mínimo, 2 (dois) postos (empregados), por um período mínimo de 1 (um) ano.

20.2 Serão exigidos dos licitantes, os seguintes documentos a título de verificação de sua qualificação técnica:

20.2.1 Certidão de registro da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou no CRT - Conselho Regional dos Técnicos Industriais, a cuja jurisdição pertença, sendo, no mínimo, um dos responsáveis técnicos engenheiro mecânico, arquiteto ou técnico de refrigeração. A certidão deverá estar dentro do prazo de validade. No caso de o licitante ter sua sede em

outro Estado e sagrar-se vencedor da licitação deverá providenciar registro ou visto no CREA/BA ou CAU/BA ou CRT/BA, conforme exigência do respectivo Conselho;

20.2.2 Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU e/ou CRT, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, relativa à execução de serviços de manutenção em sistema de ar condicionado central.

20.2.2.1 A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio, ou através da Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CAU/CRT em que conste o profissional como Responsável Técnico ou, ainda, declaração da contratação futura do profissional, desde que também apresente declaração de anuência emitida pelo profissional.

21 – DA CONTA – DEPÓSITO VINCULADA

21.1. As provisões realizadas pela CONTRATANTE para o pagamento dos encargos trabalhistas e verbas rescisórias serão destacadas do valor mensal do contrato e serão depositadas pela CONTRATANTE em conta vinculada, doravante, denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017. A implantação da conta vinculada se dará no momento determinado pela CONTRATANTE.

21.1.1. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.1.2. A movimentação da conta-depósito — bloqueada para movimentação dependerá de autorização da CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações previstas no subitem anterior.

21.1.3. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será precedida dos seguintes atos:

- a) Solicitação da CONTRATANTE, mediante ofício, de abertura da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto nos subitens anteriores;
- b) Assinatura, pela CONTRATADA, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos

saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização da CONTRATANTE;

21.1.4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem 14.1.1, retidos por meio da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

21.1.5. A CONTRATANTE negociará com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.

- a) No caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- b) Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da CONTRATADA.
- c) O valor total/global ou estimado das tarifas bancárias será informado no Edital, de modo que tal parcela possa constar da planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA;

21.1.6. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação para o pagamento de todos os encargos trabalhistas previstos em lei ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

- a) Para a liberação dos recursos em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- b) Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a CONTRATANTE expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- c) A autorização de que trata o subitem acima deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.1.7. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.1.8. Os valores provisionados para atendimento do subitem 20.1 serão discriminados conforme tabela a seguir:

**RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO**

ITEM	PERCENTUAIS		
13º(décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4,00% (quatro por cento)		
Subtotal	24,43% (vinte e quatro vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	31,82% (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento)	32,03% (trinta e dois vírgula zero três por cento)	32,25% (trinta e dois vírgula vinte e cinco por cento)

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

21.1.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

22 – DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS

22.1. A CONTRATADA se obriga a fornecer lista de materiais a seguir descrita nos quantitativos informados para a equipe de manutenção.

Tabela 4 – Materiais, Equipamentos e Acessórios

Item	Discriminação / Equipamento	Qte.
1	Alicate bomba d'água 10'	1
2	Alicate ara prensar terminais p/ fios e cabos 0,5 – 10mm. Cortador, descascador e desencapador de fio	1
3	Alicate de corte diagonal 6"	1
4	Alicate universal 8"	1
5	Alicate volt-amperímetro	1

6	Broca de aço rápido (jogo)	1
7	Brocas de VÍdea (jogo)	1
8	Broxa para pintor	2
9	Caixa p/ ferramentas plástica	1
10	Chave cortador de tubo manual, ½" a 6"	1
11	Chave de boca nº 10 e 11	1
12	Chave de boca nº 12 e 13	1
13	Chave de fenda ¼ x 6"	1
14	Chave de fenda ¼ x8	1
15	Chave de fenda 1/8 x 6	1
16	Chave fenda 1/8 x 3	1
17	Chave fenda 3/16 x 4	1
18	Chave philips 1/8 x 3	1
19	Chave philips 3/16 x 4	1
20	Chave phillips 3/16 x 3"	1
21	Escada de alumínio de 7 degraus	1
22	Escada de alumínio de abrir de 5 degraus	2
23	Furadeira elétrica profissional, velocidade variável e reversível, mandril até ½"	1
24	Jogo de chave ALLEN 1,5mm à 10mm.	1
25	Jogo de chaves combinadas 6 à 22mm.	1
26	Jogo de chaves de boca, 6 a 22mm	1
27	Pincel para retoque	1
28	Termômetro Digital c/ mira laser.	1
29	Termômetro higrômetro digital de ambiente	1

22.2. Para fins de apresentação de sua proposta e preenchimento da Planilha de Preços, a licitante deverá observar que:

22.2.1. Os materiais e equipamentos especificados na lista acima não exime a empresa do fornecimento de outro(s) igualmente necessário(s) ao perfeito cumprimento do objeto da contratação e prestação dos serviços, também de primeira qualidade;

22.2.2. As máquinas e equipamentos que exigem energia elétrica para funcionamento deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis na CONTRATANTE e deverão ser disponibilizados com todos os acessórios necessários para seu funcionamento e utilização, bem como, sua manutenção e substituição são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, no caso de apresentar má qualidade de funcionamento, defeito ou desgaste;

22.2.3. O valor dos equipamentos será apropriada na Planilha de Custos e Formação de Preços por meio de **DEPRECIACÃO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS**, considerando a vida útil dos equipamentos e o valor residual (%), conforme Orientação Contábil SEORI/AUDIN-MPU 2/2017 e/ou as informações constantes nas

descrições dos equipamentos, e, posteriormente, dividido pela quantidade de empregados estimada para a execução dos serviços.

Depreciação		
Equipamento	Vida útil (anos)	Valor Residual (%)
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10

Depreciação Mensal de Equipamentos por profissional = ((Valor total dos Equipamentos) x (1 - valor residual em termos absolutos) / (vida útil em meses)) / (QTDE FUNC).

23 – DOS UNIFORMES

23.1. A CONTRATADA se obriga, ainda, pelo fornecimento de 01 (um) conjunto completo de uniforme novo e crachá com fotografia recente para cada empregado no início da execução do contrato, entregues a todos os profissionais antes do início da prestação dos serviços.

23.2. No caso de substituição do empregado responsável pela prestação do serviço, deverá ser fornecido, imediatamente ao ingresso deste, **01 (um) conjunto completo novo e crachá ao empregado**.

23.3. A CONTRATADA deverá fornecer, **ANUALMENTE, 01 (um) conjunto completo novo ao empregado**, conforme tabela abaixo, para todos os empregados, de modo que o empregado permaneça, durante toda vigência contratual, com, no mínimo, o total de quantitativos de uniformes inicial.

23.4. Os custos do uniforme, crachás, bem como o custo dos serviços de ajuste será de total responsabilidade da CONTRATADA, não podendo, em hipótese alguma, ser descontado do salário do empregado da empresa.

23.5. A Contratante poderá determinar a substituição dos uniformes e crachás a qualquer tempo, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação exigidas. Nessa hipótese, a Contratada deverá atender no prazo de 03 (três) dias úteis após comunicação escrita do Fiscal do contrato.

23.6. O conjunto de uniformes deverá atender às características contidas neste Termo, cumprindo à Contratada submeter uma amostra de modelo e cor à Contratante para aprovação prévia do fiscal do contrato, que resguarda o direito de exigir a substituição daqueles julgados irregulares.

23.7. Os modelos de uniforme deverão ter corte adequado, seguindo os padrões de qualidade e apresentação exigidos pela Contratante, conforme descrição abaixo, devendo a empresa providenciar as devidas adaptações, quando necessária, podendo ainda ser adaptados para melhor atendimento, sem desvirtuamento da natureza dos serviços de cada posto, mediante autorização da CONTRATANTE.

23.8. Todos os modelos de uniformes deverão ter corte adequado a cada gênero, masculino ou feminino, seguindo os padrões de qualidade e apresentação exigidos pela CONTRATANTE, conforme descrito no quadro abaixo, inclusive quanto às profissionais gestantes, que deverão ter seus uniformes substituídos sempre que estiverem apertados;

23.9. Os itens que compõem 01 (um) conjunto completo de uniforme são:

23.9.1. TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO (UM CONJUNTO PARA CADA POSTO):

Nrº	Item	Unidade	Quantidade
1	Camiseta	unidade	2
2	Calça jeans ou brim com emblema da empresa	unidade	1
3	Óculos de segurança simples com CA (Certificado de Aprovação)	pç.	2
4	Óculos de segurança ampla visão e vedação total dos olhos	Pç.	2
5	Luva de segurança de couro, tipo vaqueta, cano curto	pç.	2
6	Luva de segurança de tecido	pç.	2
7	Cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo	pç	1
8	Capacete de segurança	pç	1
9	Bota solado de borracha	par	1
10	Capa de chuva amarela adulto reutilizável	pç	1
11	Máscara de segurança para solda	pç	1

23.10. Uniformes padrões da empresa deverão ser adaptados às exigências do órgão, devendo-se apresentar o padrão à fiscalização antes da aquisição ou confecção e sempre se limitando aos quantitativos exigidos.

23.11. Deverá ser apresentada planilha de composição do insumo uniforme.

24 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

24.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, como dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

24.2. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos dever de sigilo.

24.3. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral.

24.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

25 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

25.1 O critério para aceitação das propostas será o de MENOR VALOR POR LOTE ÚNICO, de acordo com a especificação do objeto.

25.2 Não serão aceitos preços unitários superiores aos estimados pela Administração.



Tafa ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 12.859.652/0001-65
SCLRN 705 BLOCO C LOJA 47 - FONE (61) 3536-6609

CAPA DA PLANILHA

Nº ESTIMATIVA: 012/2022-SEORÇA-R00
TÍTULO: ESTIMATIVA DE PLANO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO HMIB
Nº PROJETO: PROJ-DE-034-21
NOME PROJETO: MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA
ENDEREÇO: AV. L2 SUL SGAS QUADRA 608 MÓDULO A - ASA SUL, DF
PRAZO: 12 MESES
DATA: 20/09/2022
ORÇAMENTISTA(S): Eng. Dieyson Gomes Moitinho - CREA - 27.095/D-DF
DOCUMENTO SEI: 81725146
PROCESSO: 00112-00021752/2021-15
TABELA REFERÊNCIA: COTAÇÃO DE MERCADO
SISOBRA:
OBSERVAÇÕES:
1-Esta estimativa foi elaborada conforme propostas recebidas pelos fornecedores consultados.
2-As propostas foram realizadas com base no caderno de especificações SEI (78043445).
3- Todos os impostos e taxas estão inclusos nos preços de serviços provenientes de cotação de mercado e possuíram como referência proposta de empresas especializadas.
4- O valor do B.D.I presente nesa estimativa é de 10,89%, sendo o valor praticado por esta companhia.
BDI UTILIZADOS: 10,89% EQUIPAMENTOS E 20,94% MÃO DE OBRA
RESP. CAPA: Eng. Dieyson Gomes Moitinho - CREA - 27.095/D-DF

ESTIMATIVAS DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES :

012.01/2022-SEORÇA: Manutenção	R\$	885.769,80
VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI	R\$	885.769,80

NOTAS:
*Esta planilha é orientativa. Desta forma, é de inteira responsabilidade do contratado as quantidades e valores necessários a completa execução da obra.
*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção, no telefone 0800-6449060

Eng. Marcos Denes da Silva Neiva
CREA 13.679/D-DF



Tafa Engenharia Ltda
CNPJ: 12.859.652/0001-65
SCLRN 705 BLOCO C LOJA 47 - FONE (61) 3536-6609

PLANILHA ESTIMATIVA ADMINISTRAÇÃO

Nº ESTIMATIVA PARCIAL: 012.01/2022-SEORÇA-R00
NOME ESTIMATIVA PARCIAL: UBS CONVENCIONAL (PROJETO PADRÃO)
ENDEREÇO: DIVERSOS LOCAIS DO DISTRITO FEDERAL
ENCARGOS TRABALHISTAS:

B.D.I. :

DATA: 20/09/2022
Nº PROJETO: PROJ-DE-034-21
ÁREA:
TAB. REF.: COTAÇÃO DE MERCADO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	BDI	PREÇO UNITÁRIO (R\$) C/ BDI	PREÇO TOTAL (R\$) C/ BDI
11.00.000		SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO						
11.01.000		CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO						
11.01.000.1	CCU - 11.001	PREÇO GLOBAL PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO HMIB	MÊS	12,00	73.814,15	0,00%	73.814,15	885.769,80
SUBTOTAL 11.00.000 (Divisão):								885.769,80
TOTAL GERAL:								885.769,80

Eng. Marcos Denes da Silva Neiva
CREA 13.679/D-DF



Tafa Engenharia Ltda

CNPJ: 12.859.652/0001-65

SCLRN 705 BLOCO C LOJA 47 - FONE (61) 3536-6609

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES

Nº ESTIMATIVA
PRINCIPAL: 012/2022-SEORÇA-R00

DATA: 20/09/2022

TÍTULO: ESTIMATIVA DE PLANO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA
SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO HMIB

Nº PROJETO: PROJ-DE-034-21

ENCARGOS
TRABALHISTA

B.D.I.: 0,00%

TAB. REF.: COTAÇÃO DE MERCADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UNID.	COEFICIENTE	CUSTO UNIT(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 11						
CCU - 11.001	PREÇO GLOBAL PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO HMIB	SER.CG	MÊS			73.814,15
COTAÇÃO- 11.001	PREÇO GLOBAL PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO HMIB	MAT.	ANO	0,083333	885.769,80	73.814,15
Observação:	REF.: COTAÇÃO DE MERCADO					

Eng. Marcos Denes da Silva Neiva
CREA 13.679/D-DF



Tafa ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 12.859.652/0001-65
SCLRN 705 BLOCO C LOJA 47 - FONE (61) 3536-6609

CURVA ABC

Nº ESTIMATIVA PRINCIPAL: 012/2022-SEORÇA-R00

TÍTULO: ESTIMATIVA DE PLANO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO HMIB

ENCARGOS

TRABALHISTAS:

B.D.I. :

DATA: 20/09/2022

Nº PROJETO: PROJ-DE-034-21

TAB. REF.: COTAÇÃO DE MERCADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	BDI	PREÇO UNITÁRIO (R\$) C/ BDI	PREÇO TOTAL (R\$) C/ BDI	% SIMPLES DO ITEM	% ACUMULADO DO ITEM
CCU - 11.001	PREÇO GLOBAL PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO HMIB	MÊS	12,00	73.814,15	0,00%	73.814,15	885.769,80	100,0000%	100,0000%

TOTAL

885.769,80

Eng. Marcos Denes da Silva Neiva
CREA 13.679/D-DF

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

Nº ESTIMATIVA 012/2022-SEORÇA-R00

PRINCIPAL: ESTIMATIVA DE PLANO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO HMIB

ENCARGOS
TRABALHISTAS

DATA: 20/09/2022

Nº PROJETO: PROJ-DE-034-21 TAB. REF.: COTAÇÃO DE MERCADO

B.D.I. :

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL DA ETAPA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
11.00.000	SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS	885.769,80	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150	73.814,150
	PERCENTUAL MENSAL (%)		8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
	VALOR MENSAL (R\$)		73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15	73.814,15
	PERCENTUAL ACUMULADO (%)	885.769,80	8,33%	16,67%	25,00%	33,33%	41,67%	50,00%	58,33%	66,67%	75,00%	83,33%	91,67%	100,00%
	VALOR ACUMULADO (R\$)		73.814,15	147.628,30	221.442,45	295.256,60	369.070,75	442.884,90	516.699,05	590.513,20	664.327,35	738.141,50	811.955,65	885.769,80

Eng. Marcos Denes da Silva Nélva
CREA 13.679/D-DF



TAFa ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 12.859.652/0001-65
SCLRN 705 BLOCO C LOJA 47 - FONE (61) 3536-6609

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

Fornecimento de Materiais Betuminosos e Outros Materiais e Equipamentos de Grande Relevância de Natureza Específica
SEM Desoneração da Folha de Pagamento

Grupo	Componentes	Incidências
Despesas Indiretas		
A	Administração Central	1,50%
	Seguros + Garantias	0,30%
	Riscos	0,56%
	Despesas Financeiras	0,85%
Subtotal A		3,21%
Tributos		
B	COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	0,00%
Subtotal B		3,65%
Bonificação		
C	Lucro	3,50%
Subtotal C		3,50%
BDI		10,89%

FÓRMULA PARA CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + (AC + S + R + G)) \times ((1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$$

- AC Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
S Taxa Representativa de Seguros
R Taxa Representativa de Riscos
G Taxa Representativa de Garantias
DF Taxa Representativa de Despesas Financeiras
L Taxa Representativa de Lucro
I Taxa Representativa de Incidência de Impostos

Taxa Representativa da Incidência de Impostos é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas são aplicadas sobre o custo

Referência:
Relatório do Acórdão nº 2.622/2013 - TCU/Plenário



TAFa ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 12.859.652/0001-65
SCLRN 705 BLOCO C LOJA 47 - FONE (61) 3536-6609

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

Edificações

SEM Desoneração da Folha de Pagamento

Grupo	Componentes	Incidências
Despesas Indiretas		
A	Administração Central	2,25%
	Seguros + Garantias	0,30%
	Riscos	0,25%
	Despesas Financeiras	0,25%
Subtotal A		3,05%
Tributos		
B	COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	0,00%
Subtotal B		8,65%
Bonificação		
C	Lucro	7,20%
Subtotal C		7,20%
BDI		20,94%

FÓRMULA PARA CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + (AC + S + R + G)) \times ((1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$$

- AC Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
- S Taxa Representativa de Seguros
- R Taxa Representativa de Riscos
- G Taxa Representativa de Garantias
- DF Taxa Representativa de Despesas Financeiras
- L Taxa Representativa de Lucro
- I Taxa Representativa de Incidência de Impostos

Taxa Representativa da Incidência de Impostos é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas são aplicadas sobre o custo

Referência:

Relatório do Acórdão nº 2.622/2013 - TCU/Plenário